

ÁLVARO DE AZEVEDO

ANDRELÂNDIA

FATOS DE SUA VIDA
POLÍTICO — SOCIAL



LIVRARIA CLASSICA BRASILEIRA
RIO DE JANEIRO — 1954

ANDRELÂNDIA

ERRATA

- Na página 8, onde se lê Hermes-Nilo, leia-se: Hermes-Venceslau Braz.
- Na 4.^a linha da pag. 10 onde se lê: o municipio leia-se: a municipio.
- Na 33.^a linha da pag. 10 onde se lê: de fato. leia-se: de fatos.
- Na penúltima linha da pag. 18 onde se lê: profundo leia-se: fundo.
- Na 29.^a linha da pag. 19 onde se lê: reconquistou leia-se: requintou.
- Na pag. 27 deve-se ler: Dada a palavra ao acusador particular, Afrânio de Melo Franco, este, num tremendo libelo contra os reus, abalou a estes os nervos.
- Na pag. 28 onde se lê: Benjamin Mosso leia-se: Benjamin Moss.
- Na 12.^a linha da pag. 31 leia-se: pois que — ser sobrenatural, como era crença — contra ele não prevaleceriam as grades de um presidio.
- Na 15.^a linha da pag. 45, onde se lê: conduzia leia-se: produzia.

ALVARO DE AZEVEDO

ANDRELÂNDIA

FATOS DE SUA VIDA
POLÍTICO — SOCIAL



1954

UMA CIDADE E O SEU CRONISTA

As "Duas palavras" com que Alvaro de Azevedo abre as páginas dêste livro constituem um primor de síntese histórica, sociológica e política, no alto sentido dêste vocábulo, isto é, como objetivação do Bem Comum. Tem-se, no espaço de uma página apenas, os dados históricos da fundação de Andrelândia, o processo de sua formação, a origem de seus partidos locais e o apêlo que conclama os filhos do município a se unirem num só bloco em prol do progresso e felicidade da terra onde nasceram.

Lêr, em seguida, os capítulos que compõem êste volume é lêr a própria História do Brasil miniaturizada nos limites de uma das células componentes do corpo da Grande Pátria, porquanto uma prodigiosa unidade de espírito presidiu o processo de formação de tôdas as cidades brasileiras nos três ciclos distintos em que elas afloraram no mapa da Nação.

No meu livro "Como nasceram as cidades do Brasil", êsses três ciclos são apresentados como expressivos de atividades que assim se definem: 1.º) desbravamento e catequese; 2.º) mineração e caça aos índios; 3.º) iniciação agrária. E' certo que, em dadas circunstâncias, os três processos de formação, ou dois dêles, fazem-se contemporâneos. No primeiro século, a plantação dos canaviais e a indústria dos engenhos no Nordeste e no Sul desenvolvem-se paralelas às incursões pelo imenso território; em nosso tempo, os três ciclos coexistem, nascendo cidades novas nos sertões onde os missionários exercem a catequese, à margem dos rios onde trabalham os garimpeiros e nas zonas onde se instalam novas lavouras, principalmente a de café.

Andrelândia surgiu no mapa da Pátria na plenitude do período das minerações, porém posteriormente cresceu obedecendo ao ritmo das atividades agrícolas e pastorís. Aconteceu ali o que dezenas de vêzes ocorrera em outros pontos do Brasil: a terra exerceu a sua influência decisiva sôbre os mineradores, fixou-os à paisagem

ambiente, transformou-os em agricultores, moderando-lhes os impulsos nomades e impondo-lhes, com atrativos irresistíveis, o tipo de vida sedentária em que o homem se entrega dôcemente à tranquilidade da lavoura e à faina bucólica do pastoreio.

No panorama das montanhas que emolduram as margens do Aiuruoca e seus afluentes, atestando com suas catas as explorações dos mineradores coevos ou pretéritos, André da Silveira, no ano de 1752, erigiu uma capela, sob a invocação de Nossa Senhora do Pôrto do Turvo. E, seguindo o mesmo processo pelo qual se formaram outras suas irmãs brasileiras, a cidade foi nascendo como centro da vida religiosa, social e comercial das fazendas instaladas em derredor.

Este livro, escrito sem a seqüência cronológica dos fatos e sem a preocupação de compor uma estrutura conexas expressiva da linha do desenvolvimento histórico, representa uma soma de subsídios preciosos pelos quais o leitor pode formar uma idéia de conjunto sobre o passado e o presente de Andrelândia. Nas suas páginas encontramos um biógrafo exímio, cuja capacidade literária transparece, por exemplo, no perfil que traça do Visconde de Arantes; surpreendemos o pesquisador paciente, buscando nos velhos arquivos a documentação relativa à criação da paróquia, do município e da comarca, ou à Companhia Turvense de Luz e Fôrça, ou à instalação dos serviços públicos de maior importância local, e ainda oferecendo a lista completa, em ordem cronológica, dos presidentes e agentes executivos (prefeitos) de Andrelândia, desde 1866 até os dias atuais; e, finalmente, no transcurso de todo o livro, surge-nos o cronista de raras qualidades de exposição e descrição, a narrar e a comentar fatos da vida andrelandense e mesmo alguns da vida nacional com repercussão no município. Entre estes, o capítulo referente à Campanha Civilista é dos mais notáveis e interessa, não apenas aos filhos de Andrelândia, mas a todos os brasileiros. Pela primeira vez, tive ocasião de ler uma reportagem tão fiel dos acontecimentos que assinalaram a luta eleitoral de Rui Barbosa contra o Marechal Hermes da Fonseca. A narrativa de quanto ocorreu no Teatro Lírico, ao ser lançada a chapa Rui Barbosa-Albuquerque Lins contra a de Hermes da Fonseca-Nilo Peçanha é atraente e empolgante, evidenciando rara

fidelidade de memória, que podemos aferir pelo relato verbal que muitas vêzes nos transmitiram pessoas daquele tempo cujo testemunho coincide com o depoimento do autor dêste livro.

Outras páginas reveladoras do poder de colorido do autor encantam a quem lê "Andrelândia", como por exemplo os capítulos referentes aos "Tipos populares", a "Andrelândia Trágica", e os que trazem os títulos de "Carrancas", "São Vicente de Minas" e "Madre de Deus".

As lutas políticas do município transcorrem desenvolvendo-se em vivas e palpitantes realidades brasileiras. A vida social é apanhada em seus mais expressivos flagrantes. E nem falta, a enriquecer o livro, a reprodução do que escreveu o grande viajante a amigo da nossa Pátria, Saint Hilaire, quando, nos princípios do século passado, viajou a cavalo pela região mineira onde assenta a cidade de Andrelândia.

O povo andrelandense está de parabéns por ter encontrado o seu historiador e cronista. E esta iniciativa de Alvaro de Azevedo deve servir de exemplo a todos os municípios do país, estimulando os intelectuais de cada cidade a escreverem trabalhos da natureza dêste livro, pois o conjunto de tôdas as histórias locais constitui a verdadeira, a sincera, a mais expressiva das histórias da Pátria comum e o acêrvo dos subsídios indispensáveis ao sociólogo para a compreensão das realidades nacionais e para a interpretação da alma do Brasil.

PLÍNIO SALGADO

DUAS PALAVRAS

Este opúsculo nasce de uma sugestão de José Justino de Azevedo. Não se trata da história completa de Andrelândia, mas do registro de alguns fatos de sua vida político-social.

De sua fundação e de sua elevação a paróquia, o município e a comarca dá-nos conta o último capítulo deste livrinho, capítulo de autoria do Dr. Ernesto da Silva Braga.

Andrelândia, como o indica o nome, se deve a André (André da Silveira), que aí erigiu uma capela, em 1752 e aí teria organizado (êle ou — o que é mais provável — alguém antes dêle) um serviço de mineração, de que são atestado as catas das margens do Aiuruoca e seus afluentes.

E Andrelândia surgiu como surgiram todas as cidades mineiras da época colonial: uma capela, algumas fazendas de criação de gado e plantação de cereais, tudo em pequena escala, que o único escopo seria sempre a extração do ouro. Extinto êste ou malograda a empresa, o bandeirante não emigrava. Sentia-se preso à terra de que se apossara ou que recebera da Corôa Portuguesa, sob a forma de extensas sesmarias.

Como se vê, a partir da ereção de sua primeira capela, já conta Andrelândia dois séculos de existência. Sua história daria, pois, assunto para alentado volume. O autor dêste trabalho, porém, dela extraiu, apenas, o que lhe pareceu essencial e que coubesse dentro de um folheto, como êste, cuja principal finalidade é fixar, para conhecimento dos futuros andrelândenses, os motivos por que se desgarraram da grei eleitoral do Visconde de Arantes as primeiras ovelhas, a que se vieram juntar outras e outras, até que se formou e se consolidou o PARTIDO REPUBLICANO DO TURVO, que, por tantas vezes, bateu nas urnas o forte partido do Visconde.

Êsses partidos (que datam de decênios) são os mesmos que sobrevivem, ainda hoje, guerreando-se mutuamente, em luta que se transmite — ferrenha e inglória — de geração a geração.

Que o conhecimento das causas de fato aqui narrados traga, para os filhos da terra, melhor compreensão e, pois, maior tolerância mútua e que êste trabalho (só para êles escrito e, por isso mesmo, talvez, demasiadamente carregado de côr local) lhes atue sôbre o espírito, não como estimulante de paixões, mas como sedativo, é o que deseja o seu autor.

VISCONDE DE ARANTES

Antônio Belfort Ribeiro de Arantes — O Visconde de Arantes — descendia de boa cepa. Seu pai foi Antônio Belfort de Arantes — O Barão do Cabo Verde — que, filho de Aiuruoca, veio, em 1834, estabelecer-se na Fazenda da Paraíba, a qual confronta com a das “Bicas”, de que era proprietário o seu concunhado, João Gualberto de Carvalho — o Barão do Cajuru — cujo prestígio, como negociante de muares, cresceu tanto que (afirmam descendentes seus) não se abria a feira de Sorocaba sem a sua presença.

O Barão do Cabo Verde passou logo a dominar em Turvo como um Senhor Feudal, intervindo até em assuntos da Paróquia.

Conta-se que, acometido de enxaqueca, ordenara ao sineiro que fizesse calar o sino, ao que se opusera Bonifácio Antônio de Azevedo que bradava e bracejava da janela de sua casa, próxima ao campanário: “Toca o sino! Toca o sino!”. O sineiro, indeciso, não sabia a qual dos potentados atender.

Foi essa, talvez, a primeira turra entre Azevedos e Arantes, que sempre militaram em campos opostos.

Bem apessoado, alto, varonil, Antônio Belfort Ribeiro de Arantes estadeava, já no físico, os requisitos primordiais de um chefe. Era acolhedor, ameno no trato, de maneiras fidalgas, predicados que o punham à altura de seu título nobiliárquico. Embora de cultura que não ia além da de um assíduo leitor de jornais, a sua palestra agradava e a sua bolsa, nos tempos em que possuía fortuna, esteve sempre aberta aos amigos. Isto explica bem a atração que o “Rancho” (como paradoxalmente se chamava a sua vivenda) exercia sobre os ditos amigos, muitos deles não faltando ao suserano com sua visita diária.

Era como que uma permanente vassalagem que se lhe rendesse. Não saía a visitas e não percorria o município. Seus áulicos lhe levariam, diariamente, a domicílio, todos os mexericos de aldeia. Só deixava o Rancho para a missa dos domingos — hábito que deixou mais tarde — e para as sessões da Câmara Municipal, ostentando impecável indumentária, condizente com sua posição, nunca só, sempre acompanhado de numeroso séquito. Seu bom gosto estendia-se logicamente a

sua casa, onde as visitas eram obsequiadas com finas iguarias e frutas européias, servidas em baixelas de prata e porcelana. Suas filhas vestiam-se a capricho, comparecendo às missas exibindo chapéus e luvas. Faziam-no, porém, naturalmente, como pessoas bem nascidas, sem ostentação, de tal modo que o fato não chocava numa pequena cidade, como Turvo, onde, então, equinos e bovinos perambulavam, soltos, retouçando a grama das ruas.

Eis, a largos traços, o perfil do Visconde de Arantes, tal como o vemos hoje. Quando menino, o tínhamos em conta de um papão truculento. É que o andrélandense recebe no bêrço, por assim dizer, o vírus da paixão partidária, que lhe oblitera o senso crítico no julgar os conterrâneos; o adversário é sempre um demônio. Contava o Visconde com a totalidade do eleitorado do município. Em 1887, porém, aparecem contra êle, na eleição senatorial, sufragando o nome de Cesário Alvim e outros, os 7 primeiros rebeldes. Êstes (que receberam do próprio Visconde a alcunha coletiva de "Os 7 Pecados Mortais") foram: José Bonifácio de Azevedo, José Ribeiro Salgado Júnior, Sebastião José de Paula e outros, cujos nomes nos escapam. Eram poucos, sem dúvida, mas representavam muito, porque foi o impulso inicial, o primeiro impacto contra uma fortaleza que parecia inexpugnável. Senhor absoluto e incontrastável, habituado a ser obedecido por todas as autoridades — inclusive as judiciárias — não é de estranhar que se rebelasse e se desmandasse em atos de prepotência quando contrariado por qualquer delas.

No dia 14 de março de 1891, a plena luz solar, um numeroso grupo de correligionários e capangas seus descia a principal rua da cidade aos gritos de: — Fora o Dr. Eduardo! Fora o Dr. Eduardo!

Lembro-me bem (e esta é uma de minhas reminiscências mais remotas) que minha avó, já septuagenária, dirigindo-se ao bando, postado em frente à nossa casa (contígua à do Juiz de Direito, Severo Mendes dos Santos Ribeiro, onde se refugiara o perseguido) bradou num incontido ímpeto de revolta: — Sáia de minha porta, canalha! Ao que replicou um dos chefes do grupo: — Não é nada com a senhora, não, D. Maria Cândida. Com efeito, a afronta não era diretamente a ela, mas o era indiretamente e não só a ela, mas a toda a população de Turvo.

E foi assim que o magistrado, Dr. Eduardo Leite Ribeiro, por chamar o Visconde a prestar conta como curador de um irmão, foi, a seu mando ou com seu consentimento, desfeitoado em plena praça pública e forçado a deixar, melancólicamente,

a Comarca, após receber, como desagravo, oferecido pelo partido contrário ao Visconde, um láuto banquete, realizado no distrito de São Vicente. Essa violência, que se viera juntar a outras anteriores, foi a gota que fêz transbordar o cálice.

O espírito de revolta, já em fermentação, atingiu ao clímax José Bonifácio de Azevedo, um dos revoltados, saiu em peregrinação pelo município aliciando adêptos para a fundação de um partido com que se enfrentasse o incontestável poderio de Antônio Belfort Ribeiro de Arantes.

Já foi animador o resultado dessa convocação.

No primeiro pleito que se feriu, aparecem contra êle, não apenas os 7 de 1887, mas centenas de eleitores. Eis, em breve síntese, a origem do Partido Republicano do Turvo. Que o seu conhecimento sirva, ao menos, para que o olhem com menos antipatia os seus atuais adversários. Como se vê, não resultou êle da vaidade de alguém que se quizesse arvorar em chefe, mas de um sentimento de revolta, da santa revolta que levou o próprio Cristo a expulsar os vendilhões do Templo. E a sua arma não foi o azorrague, mas o voto, em número sempre crescente. Nasceu raquítico, mas adquiriu logo o máximo vigôr, facilitada a sua tarefa pelo advento da República a que o Visconde (como quase todos os titulares do Império) aderira logo — é verdade — mas, no íntimo, alimentando sempre a esperança de que se restaurasse o Trono. Haja visto o açodamento com que o seu jornal — “A Cidade de Turvo” — estampava e espalhava os boletins dos Revoltosos de 93.

Elege o P. R. T., pela primeira vez, os membros da Câmara que devia reger os destinos do município no triênio de 1895 a 1897.

Governava Minas, então, o republicano histórico, Crispim Jacques Bias Fortes. Antônio Belfort Ribeiro de Arantes, inconformado com a derrota, obstinava-se no inútil propósito de não dar posse à nova Câmara, levando todo o arquivo desta para a fazenda da Paraiba, onde se refugiara com os malorais de seu partido, temendo as 25 praças da Polícia que o Governo mandara para garantir a posse da Câmara recém-eleita. O destacamento policial — talvez para intimidar — fazia pelas ruas, as suas evoluções marciais a toque de clarim e a rufos de tambor. Foi um verdadeiro terror nas hostes do Visconde. Quase todos os correligionários seus desertaram, para regalo dos meninos da época, que se deliciaram com as frutas dos pomares, em provisório abandono. Couberam-me, a mim, e a outros garotos, inclusive ao hoje respeitável e ilustre Dr. José Bernardino Alves Júnior, ex-Secretário das Finanças de Minas

ex-deputado federal e atual grande banqueiro, os saborosos pêssegos do Chico Felipe.

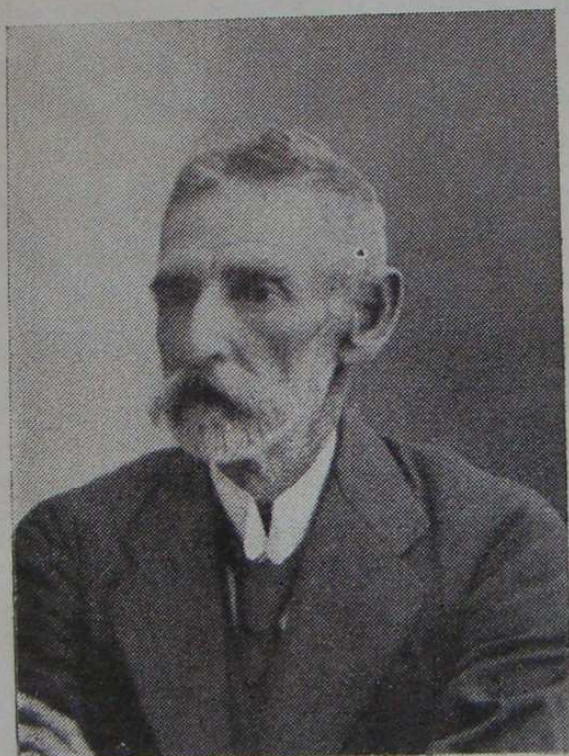
E o Visconde continuava no seu retiro da Paraíba, irreduzível no ponto de vista de não entregar aos adversários os livros da Câmara. Já elementos exaltados falavam em tomá-los à força, com auxílio da Polícia. Essa idéia de violência — bem se vê — foi para logo vetada pelos membros de maior responsabilidade do Partido. Três emissários deste, dos mais ponderados — José Ribeiro Salgado, Joaquim Emerenciano Gustavo e José Joaquim Alves — enviados à fazenda da Paraíba, de lá voltaram acompanhados de Antônio Joaquim de Oliveira Mafra, de cujas mãos recebeu o P. R. T., não todo, mas parte do famigerado arquivo. De posse deste, instalou-se, finalmente a primeira Câmara do Partido Republicano do Turvo, sendo seu presidente e agente executivo José Bonifácio de Azevedo, cuja administração, se não foi fecunda em realizações, fez o que o permitia o diminuto orçamento municipal. Além dos serviços de rotina, a Câmara do P. R. T. realizou algo de vulto: arrasou o “Morro do Rosário”, que poucos andrelandenses atuais terão conhecido. Era um monte de terra, de milhares de metros cúbicos, cuja remoção embelezou, sobremodo, a cidade. Aprumava-se em frente à Igreja, impedindo que esta e todo o Rosário fôssem vistos em conjunto. Arrasado, foi como que se levantasse uma cortina oferecendo à vista uma parte pitoresca da urbe.

Elementos do partido contrário, entretanto, dos que desprezam o próprio conforto, se este lhes vem do adversário, afirmavam que a Igreja e as casas adjacentes viriam abaixo. Falharam as previsões agourentas. A Igreja lá está e estará se um terremoto não vier abalar a cidade.

Agora, que o partido adquiriu a sua maioria, lutando de igual para igual e conquistando, na arena política, a sua primeira vitória, tracemos, rapidamente, o perfil de suas principais figuras.

José Bonifácio de Azevedo, por antonomásia o “Zé Bahia” (sua fazenda chamava-se “Bahia”) foi sempre o presidente do Diretório. Tido, para o tempo e para o meio, como fazendeiro abastado, era quem mais contribuía, pecuniariamente, para as despesas do Partido. Eis porque os adversários, nas suas picuinhas jornalísticas, lhe denominavam: “O Pai José”.

Abrindo um parêntese, queremos declarar que não vendemos apelidos das figuras aqui evocadas, nada que lhes possa macular a memória ou maguar os seus descendentes, não os omitiremos quando chegar a vez de cada uma delas.



JOSÉ BONIFÁCIO DE AZEVEDO — Prestigioso chefe político, cuja férrea enérgia e grande capacidade de trabalho muito contribuíram para o progresso do município

Joaquim Emerenciano Gustavo — O Quinzinho — foi bem a negação do conceito de Tristão de Athaide quando afirma que o mineiro é alto, magro e feio.

Alto o era, com efeito, mas não magro e feio. Ao contrário, foi um belo tipo de homem, bem proporcionado, tragando o fumo de seu cigarro através de uma piteira de âmbar, donde — “O Piteira” — alcunha que lhe deram os adversários. Bom “causeur”, palavra pausada, de timbre grave, servido por boa cultura humanística, adquirida no seminário de Mariana, Joaquim Emerenciano Gustavo atraia. Para padre só lhe faltou a tonsura. Era um dos redatores do “O Amigo do Povo”, que tantos petardos mandava contra a Bastilha do Visconde.

Ao gosto da época, o seu jornal falava muito em carneiros de Panúrgio, o conhecido personagem de Rabelais, e em rosas de Malherbe.

Outro maioral do Partido foi João Zuquim de Figueiredo Neves, “O João Magro”, advogado provisionado e, pois, um dos intelectuais de Turvo. Foi, também, redator do “O Amigo do Povo”. Frequentou a Politécnica, não chegando a diplomar-se. Candidato do Partido à deputação estadual, não logrou ser eleito.

José Bernardino Alves foi a encarnação do método, da ordem e do amor ao trabalho. Autodidata, José Bernardino foi, como João Zuquim, advogado provisionado, exercendo a profissão com proficiência e honestidade. Tem, em merecida homenagem, o nome inscrito não só em uma das ruas da cidade como no frontespício de seu Grupo Escolar. Nunca alguém, com tão pouco, isto é, com uma banca de advogado em pequena cidade do interior, conseguiu tanto quanto José Bernardino, que deu um título de curso superior a cada um de seus oito filhos varões.

Tobias de Paula Campos, proprietário da tradicional fazenda das “Laranjeiras”, onde, em 1819, estacionou Saint Hilaire, numa de suas excursões científicas pelo interior do País. Era, então, proprietário das Laranjeiras — bêrço dos atuais Azevedos de Andrelândia — Bonifácio Antônio de Azevedo.

Embora Laranjeiras seja distante, invariavelmente, Tobias vinha à missa aos domingos em seu fogoso cavalo, que, relinchando, subia a principal rua da cidade, como que chamando a atenção pública para o garbo do cavaleiro.

Marialva não cavalgaria melhor.

Tôdas essas figuras receberam de Floriano Peixoto a sua patente da extinta Guarda Nacional, de que — pobre natureza humana! — se envaideciam! Mandaram confeccionar as respectivas fardas que, incorporados, envergaram, certa vez, para

carregar o pálio em solene procissão. O fato foi glósado pelo bom humor dos adversários. Meu pai, que participara da “palhaçada”, como dizia êle, lembrando-a mais tarde, costumava exclamar: — A gente quando é moço faz cada papel! É que o espírito, segundo mestre Machado, tem suas datas. O que se fez ontem já não se faria hoje.

Proclamada a República e dissolvidas as câmaras municipais, a parte da população de Turvo que não acompanhava o Visconde (tendo à frente os chamados 7 Pecados Mortais) envia a Cesário Alvim, Governador do Estado, os nomes dos que deviam ser escolhidos intendentes em substituição aos vereadores depostos. Cesário Alvim, porém, não tomando conhecimento da representação popular, nomeia os candidatos do Visconde! Foi para meu pai, um dos 7 que lhe sufragaram o nome, contra o Visconde, a sua primeira decepção política. Feriu-o tão profundo a ingratidão que, no decurso de sua vida, muitas vêzes a ela se referia com amargor.

OUTRAS FIGURAS

Elemento de destaque do Partido do Visconde foi Antônio Joaquim de Oliveira Mafra. Filho de São João del Rei, constituiu família em Andrelândia, onde sempre viveu e onde repousam seus ossos. Na política local, foi modelo de tolerância e moderação, legando à terra de seus filhos um exemplo digno de imitação, não distinguindo, na vida social, a côr política de quem quer que fôsse. Dava-se com gregos e troianos, fato notável em Andrelândia.

Andrelandense digno de menção, foi José Joaquim de Carvalho — o senhor Juca Carvalho — como era conhecido. Filiado ao Partido Republicano do Turvo, a êste nunca faltou com sua fidelidade e com seus serviços. Notável conversador, era interessante ouvi-lo discorrer sôbre o passado da Cidade e rememorar episódios de sua política. Foi o senhor Juca Carvalho quem se transportou a Ouro Preto para pleitear, junto ao Govêrno, os policiais que deveriam garantir a posse da primeira Câmara do P. R. T..

O Secretário de Estado — Henrique Diniz — que, em audiência, já lhe concedera o destacamento policial, encontrando-o, mais tarde, num dos cafés da Cidade, recomendou-lhe, mais uma vez, que se não valesse da polícia para violências e acrescenta, batendo-lhe familiarmente ao ombro: — É bom você levar, também, um corneteiro. “E ajunta em tom de gracêgo: — O toque de corneta lhe vai servir para amedrontar os adversários”.

De fato, tal sucedeu, como vimos anteriormente.

Da galeria dos filhos da terra não se pode omitir Augusto Ernesto Pereira. No jornalismo e na tribuna do júri não fazia má figura. Nêle reconquistou a “verve” de José Joaquim de Carvalho, seu tio. Era de ver o espírito irônico com que comentava os pitorescos da vida local e com que ferreteava (nem sempre com justiça) quem lhe caísse em desagrado. Não é, pois, de admirar que seu convívio fôsse procurado por médicos, advogados e engenheiros, que faziam estágio em Andrelândia.

Outra figura, não menos interessante, foi José Gonçalves Ferreira Júnior — o Zéquinha Marceneiro — assim apelidado porque seu pai era conhecido como José Marceneiro. Êste, sim, foi marceneiro, como marceneiro foi seu irmão Manoel. Filhos

de Portugal, vieram, ainda imberbes, para Andrelândia, onde se casaram e se radicaram à terra, amando-a, como se nela nascidos fôssem.

Pelas casas da cidade e pelas fazendas circunvisinhas, inúmeros são os móveis de jacarandá e outras madeiras de lei, saídos das mãos de Manoel e José Gonçalves Ferreira.

José Gonçalves Ferreira Júnior, porém, é que jamais empunhara uma enxó, em dias de sua vida. Cultor e professor de música, o que manejava, com maestria, era o arco de seu violino.

Abramos, aqui, um parênteses. — “Quantas denominações impróprias em Turvo”! exclamava certo viajante, frequentador da terra. E explicava: — a palavra “Turvo” designando uma cidade onde brilha o sol com rara luminosidade; o Visconde mora no “Rancho”; quem deseja barbear-se procura o Pintor (nome do então, único barbeiro da terra) e alinhava ainda outras singularidades locais.

Em “Zéquinha Marceneiro”, ocorre dupla impropriedade: a palavra Marceneiro aplicada a quem o não fôra e o diminutivo Zéquinha nomeando um dos varões mais altos de que temos conhecimento. Com efeito, era de elevada estatura, algo esguio, de bela e máscula figura física. Seu inesperado falecimento, ainda moço, abalou sobremodo a cidade, que se viu desfalcada de uma de suas figuras mais interessantes.

TIPOS POPULARES

Nos primeiros decênios de século não eram poucos em Andrelândia os tipos dêsse gênero.

Lembramo-nos de alguns, cujos nomes omitiremos, para não maguar possíveis descendentes seus.

Viviam bebericando pelas vendas, em permanente estado de semi-embriaguês. Os caixeiros alimentavam-lhes o vício, fornecendo-lhes o tóxico — sua principal exigência orgânica. Proviam-se do mais usando expedientes contra os incautos.

Este fazia-se vendedor de passarinhos, recebendo antecipadamente, o preço da “mercadoria”, que nunca entregava ao comprador, sempre com subterfúgios, como êste: — O bichinho está arisco: não cai no alçapão —, imitando assim, sem o saber, o personagem da fábula, que vendia a pele da féra antes de abatê-la; aquele, ainda mais ardiloso, extraviava para sítio deserto, onde só êle os poderia encontrar, os muares dos caixeiros viajantes, diabólico expediente que lhe rendia boa remuneração pecuniária e ainda o agradecimento do “cometa” ludibriado. É que êste, graças aos “bons serviços” do méliante, só falhara na cidade mais um dia. São tipos, êsses, que já pertencem ao passado. O que, entretanto, não passa em Andrelândia é o hábito de esmolar pelas ruas, aliás nada estranhável, pois que frequente até mesmo nas grandes capitais. O que, porém, nos parece peculiar a Andrelândia é que, aí, não pede apenas quem o necessite, mas também pessoas válidas, cuja saúde ressalta, logo, à primeira vista.

A êsse tipo pertencem as “Congonheiras”, assim denominadas porque residentes num bairro próximo — o Congonhal. Percorrem a cidade vendendo a colheita de sua pequena lavoureira e pedindo, ao mesmo tempo, ao próprio comprador, “um pouquinho de açúcar, de sal, de café” e ainda um “adjutório” para o casamento de pretensa filha noiva ou para o entêrro de um parente e até mesmo, paradoxalmente, para jejuar. Como ninguém lhes nega, ficou-lhes o hábito de pedir como que um legítimo direito seu, costume que lhes vem dos avós e que se transmitirá às filhas e às netas, as quais serão, no futuro, outras tantas falsas mendigas. Não aceitam os empregos que se lhes oferecem.

Alouradas, de tez clara, olhos azuis, supõe-se descendam de famílias holandesas, aí radicadas desde o tempo das Bandeiras.

São mulheres que nos lembram as Amazonas, cujos maridos nunca aparecem, mas de cuja existência não se pode duvidar, mostrando-se elas sempre acompanhadas de numerosa prole. . .

Outros tipos exóticos de Andrelândia são os papudos. Quem se ponha a observar, em dias de festa, as filas das procissões ficará deveras impressionado com o número deles. Não se trata da moléstia de Chagas, sendo, os portadores de bócio, aí, indivíduos de perfeita sanidade física e mental.

Procedem eles, na sua quase totalidade, de certo núcleo rural do município — o bairro denominado "Atrás da Serra".

Para que se faça idéia de como são numerosos, basta lêr o artigo do Dr. Amir Azevedo, transcrito da Revista Brasileira de Oto-Rino-Laringologia.

As observações a que se refere o Dr. Amir, foram colhidas em Adrelândia, sua terra natal. Eis o que diz êle:

"BÓCIO E OZENA"

"O operoso especialista de S. Paulo, Dr. Ernesto Moreira, em seu substancioso trabalho sôbre a Ozena, sugere um estudo, entre nós, da relação que, segundo alguns autores, possa existir entre essa moléstia e o bócio.

"Onde existe o bócio (papo) é a rinite atrófica fétida sua companheira inseparável. O parentesco entre estas duas afecções já foi assinalado por Delacour". São palavras do Dr. Ernesto Moreira, traduzindo opiniões de outros cientistas.

O assunto despertou-me a curiosidade. Resolvi, então, valer-me das frequentes viagens que faço ao planalto mineiro da Mantiqueira para inspeccionar as fossas nasais a um certo número de indivíduos, portadores de bócio que, como é sabido, abundam na região. Êstes, amedrontados, nem sempre se submetiam de boa vontade ao exame. Alguns o fizeram mediante remuneração. Outros se mostravam desconfiados ante meu interesse pelo caso. Soube mesmo que houve quem dissesse: "Doutor que toma o nome da gente no cartãozinho, dá receita e ainda paga doente! Isso é para pegar a gente para a guerra. Eu é que não vou lá!" Contudo, consegui coligir 102 observações, sendo 86 de Minas Gerais e as restantes dos Estados de S. Paulo e Rio.

Não me foi surpresa não haver encontrado, nesses doentes de Minas, um caso, sequer, de ozena, porquanto sabia que a

moléstia na zona é rara. Em centenas de doentes de ouvidos, nariz e garganta, ali examinados, em vários anos, depararam-se-me apenas dois casos de rinite atrófica fétida, em mulheres de glândulas tireoides normais.

Essas observações, portanto, não estão de acôrdo com as afirmativas dos cientistas citados pelo Dr. Ernesto Moreira. A maioria delas, tomada em planalto de mais de novecentos metros de altitude, contraria também o ponto em que dizem ser a ozena mais freqüente nas montanhas e regiões elevadas”.

PIEDADE DO RIO GRANDE

Piedade do Rio Grande foi, por largo tempo, um dos maiores redutos eleitorais do Visconde. Aí dominava, como chefe quase incontrastável, Hipólito Rodrigues Teixeira. Dava ao Visconde quase toda a votação do distrito. Sômente tinha contra si a família mais grada da localidade: a dos Monteiros. Estes, até 1906, pouco se imiscuiam na vida política de Piedade. Nessa época, porém, por isso ou por aquilo, resolveram entrar na liça com mais decisão e enfrentar nas urnas o incontestável poderio de Hipólito Rodrigues Teixeira. Puseram-se, com afinco, a preparar eleitores e, de tal modo o fizeram, que, findo o prazo para o alistamento eleitoral, verificaram que os seus excediam em número aos de Hipólito Teixeira. Este e os demais chefes do partido alarmaram-se com a perspectiva da derrota. Para evitá-la só havia um recurso: reduzir o número de eleitores de Américo José Monteiro e seus sobrinhos, Antônio e Ernesto Fagundes Monteiro. E o conseguiram com requerimentos à Junta Eleitoral do Município, de que era presidente o Dr. Izidro Pereira de Azevedo, pedindo, sob este ou aquele pretexto, a exclusão deste ou daquele eleitor do corpo eleitoral do Município. E a Junta entrou a atender ao desejo de seus correligionários chegando, mesmo, acintosa e imprudentemente, a eliminar da lista de eleitores do distrito o nome de Ernesto Fagundes Monteiro, sob a falsa alegação de que este transferira sua residência para Lima Duarte. Fundou-se a Junta na publicação no "O Minas Gerais", de uma representação de habitantes do Distrito de Santana do Garambéu pedindo sua transferência para o município de Turvo. Ernesto Monteiro, como proprietário e não como residente em Santana do Garambéu, deu sua assinatura a essa representação.

Do ato da Junta, excluindo-o, Ernesto requereu na forma da lei e, em consequência, por ter o recurso efeito suspensivo, requereu ao juiz, Dr. Izidro, continuasse seu nome na lista dos eleitores do distrito, a fim de que pudesse exercer o direito de voto até definitivo julgamento do recurso.

Três vêzes formulou requerimentos nêsse sentido e três vêzes os indeferiu o Dr. Izidro. O último dos despachos, exibido por Mendes Pimentel no Tribunal do Júri, resava: "Inde-

ferido". Dispensou a dialética. Volte querendo". Assinado: Pereira de Azevedo.

É que o Dr. Izidro, exemplar chefe de família, incapaz de um ato menos digno como cidadão, não poderia, como homem, fugir ao facciosismo político, genro, que o era, do Visconde de Arantes.

Sem essa sua obstinação, ter-se-ia evitado a tragédia que vamos narrar.

Os Monteiros — gente briosa e brava — tomaram-se de justa indignação. Decidiram que Ernesto Monteiro votaria. Chega o dia do pleito e Ernesto, munido do título de eleitor, deseja votar. A mesa eleitoral, porém, exclusivamente composta de adéptos do partido contrário, opõe-se.

Eis o início da tragédia.

Nos agrupamentos, onde dominam grandes paixões, basta, não raro, uma palavra em tom mais alto para que se desencadeie a tormenta. A estas palavras: — Vota! Não vota! Vota! Não vota! seguiu-se cerrado tiroteio e, como triste epílogo, jazia no solo, baleado, Hipólito Rodrigues Teixeira. Transportado para a Santa Casa de São João del Rei, aí veio a falecer, dias depois, de pneumonia, conforme atestado do médico assistente e confirmado pelo médico legista que praticou a autópsia.

Como os ferimentos na pessoa de Hipólito fôsem em número de 9, a Justiça de Turvo, ingênuamente (sem atender a que alguns dêles fôsem motivados pela saída dos projéteis) entendeu que 9 deviam ser os réus e êstes foram escolhidos entre os chefes: Antônio e Ernesto Fagundes Monteiro, Francisco de Assis Júnior, Francisco Tancredi, Nicolau Aroni e outros.

Como era incompetente a justiça estadual por tratar-se de crime político, o julgamento realizou-se perante o júri federal, em Belo Horizonte.

O JÚRI

Tão sensacional julgamento levou a Belo Horizonte grande número de adéptos de ambos os partidos que se degladiam, ainda hoje, em Andrelândia. A sala onde se instalou o Tribunal estava repleta, aí comparecendo, atraídas pelo renome dos advogados, muitas pessoas das de maior projeção intelectual de Belo Horizonte. Dada a palavra ao acusador particular, Afrânio de Melo Franco, num tremendo libelo contra os acusados, abalou-lhes os nervos e a nós, outros, seus amigos, nos pôs um frio na espinha.

Falou longamente, como, então, era permitido, sem cansar o auditório, sem um aparte dos advogados da defesa, ou porque êstes julgassem inoportuna qualquer interrupção ou porque não quizessem cortar o fio a uma oração que os trazia embevecidos.

Findo o libelo acusatório, foi dada a palavra a Mendes Pimentel. Começou êle com estas palavras, retidas pela memória dos presentes e repetidas, não sabemos se com absoluta fidelidade: "Lastimo que um tão belo talento (referia-se a Afrânio), uma inteligência tão robusta, esteja a serviço de uma causa tão antipática e irremediavelmente perdida. Só mesmo uma justiça parcialíssima como a de Turvo poderia gerar êste monstrengo que aquí está". E apoia o punho cerrado no alentado volume do processo que jazia sôbre a mesa. Êste, com efeito, era uma verdadeira monstruosidade.

As testemunhas de acusação — arroladas entre pessoas brancas — não souberam dar desempenho ao papel que lhes foi ensinado. Nos dois depoimentos que prestaram — perante a polícia e perante a justiça — caíram em flagrantes contradições. Num dos depoimentos a testemunha A viu B, C e D atirar contra a vítima; no outro, a mesma testemunha A viu apenas atirar B e C, denotando, assim, a falsidade do testemunho e nenhuma delas fugiu a essa contradição, o que, sobretudo, facilitou o trabalho da defesa. Tanto que, a alguém que felicitava Mendes Pimentel pelo brilho da defesa, respondeu êle, com modéstia, bem se vê: "Qual! Do modo como se fez o processo, esta defesa, qualquer calouro a faria".

Quando Pimentel terminou sua oração recebeu calorosa salva de palmas. Levanta-se, incontinentê, e, dirigindo-se aos que o aplaudiram, pronuncia estas palavras: "Protesto enérgi-

camente contra essa manifestação da assistência, pois que estamos num tribunal onde os senhores jurados necessitam da maior isenção de ânimo para julgar a causa que lhes está afeta”.

Falaram depois Afonso Pena Júnior e Estêvam Pinto. Ao primeiro coube a parte de medicina legal. Não podia Afonso Pena sentir-se à vontade na análise do láudo pericial. Tinha bem à sua frente o autor dêle, assistindo aos debates, Benjamim Mosso, médico legista que praticara a autópsia na pessoa de Hipólito Teixeira e, no tempo, em Belo Horizonte, todos se conheciam.

Houve réplica e tréplica. Em dado momento, interpela Afrânio: “O fato é que Hipólito foi morto. Quem o matou?” Ao que responde Pimentel:

“Dêem-me a Justiça de Turvo e as testemunhas que depuseram neste processo e eu provarei que foi Vossa Excelência ou o ilustre presidente dêste tribunal quem o matou”.

O júri, que começara na véspera às 11 horas, só terminou no dia seguinte às 7 da manhã, com absolvição unânime dos acusados.

Mais alguns comentários e encerremos êste capítulo.

Os defensores basearam-se, de preferência, na parcialidade do Dr. Izidro Pereira de Azevedo, nunca deixando de acrescentar, tôda vez que a êle se referiam, a sua condição de genro do Visconde de Arantes. Frisaram que num conflito, como aquêle, em que houvera agressões mútuas, nenhum correligionário seu foi pronunciado, embora muitos dêles lhe fossem apontados pelos Monteiros. Ernesto Monteiro recebeu de Telésforo de Sá uma paulada que lhe deixou na cabeça indelével cicatriz. Denunciado pelos Monteiros, a Justiça de Turvo não tomou conhecimento do fato e Telésforo pôde, muito à vontade, assistir, bem junto à mesa do júri, ao julgamento de seus adversários. É que a Justiça de Turvo, como o acentuou Mendes Pimentel, era como a estátua de Jano: bifronte. De um lado, carrancas para os adversários; do outro, carícias para os correligionários. Em dado momento, Pimentel, sem o conhecer, é claro, a êle se refere nestes termos: “Um tal Telésforo, êste sim, é que devia aqui estar, no banco de réu, se em Turvo houvesse justiça”. Telésforo, como se temesse ser ali capturado, recua para o meio da multidão, fato que não passou despercebido aos conterrâneos, que o comentaram com chiste.

Os Monteiros entraram em novo julgamento e foram, mais uma vez, absolvidos por unanimidade de votos.

Com essa absolvição, encerramos o capítulo do primeiro drama da história política de Andrelândia.

CARRANCAS

Em Carrancas o P.R.T. (Partido Republicano do Turvo), contava com o chefe Antônio Francisco de Souza Andrade.

A séde do distrito, quando o conheci, há cêrca de meio século, compunha-se de uma praça, em tórno da qual ficavam quase todas as casas, que pertenciam aos fazendeiros e recebiam os nomes de suas respectivas fazendas.

Dizia-se (e é isto um hábito das pequenas cidades mineiras): Casa da Rocinha, Casa do Leme, Casa da Serra, etc..

Permaneciam fechadas e só se abriam por ocasião da "Festa", com F maiúsculo. É a festa do padroeiro, que se realiza anualmente e que se espera com o mesmo interêsse com que o carioca espera o Carnaval. A Festa de Carrancas, quando aí se realizavam "Cavalcadas", atraía, não só os filhos da terra, como dos municípios vizinhos.

Assistí a uma dessas Cavalcadas. É uma reconstituição das guerras que, entre mouros e cristãos, se feriram na Península Ibérica, no decurso da Idade Média, reminiscência histórica explorada pelos romances de costumes. Assistí, como disse, a uma dessas Cavalcadas, perdido no meio da multidão, que lotava grande arquibancada circular. No centro, a arena, onde os figurantes, vestidos a caráter, montando belos ginetes, ajaezados a primor, realizavam as suas evoluções bélicas. Com a côr vermelha, vistosa, os mouros atraíam mais a atenção. Os cristãos vestiam-se de negro.

A entrada dos contendores no circo impressionava pela pompa e garbo dos cavaleiros, pela belesa dos ginetes e pelo tilintar dos guisos.

À frente do grupo mourisco, vinha Rozendo de Souza Andrade, garboso, a mão sustendo a longa lança, apoiada no estribo.

Postados um em frente ao outro, os dois grupos entravam em combate simulado, até que um deles fugisse espavorido. Os assistentes, em êxtase, acompanhavam a evolução dos cavalos amestrados. Lembro-me que, em uma das cenas, o emissário dos mouros, que fôra desafiar em nome do seu, o chefe do acampamento inimigo, "engasgou" e entrou a repetir, com evidente mal estar para a platéia, estas palavras: "Ele vos manda

dizer que em campo está e em campo vos espera” e não passou daí.

Foi numa dessas festas que se deu a tragédia que vamos narrar.

No último decênio do século passado, aportou às plagas de Carrancas um hispano-americano (creio que uruguaio) que deu o nome de Paulino Franco. Seria mesmo o seu? Não se sabe. Sabe-se que domava animais chucrôs, montava bois em pêlo, laçava com perícia, enfim, praticava proezas que pareciam sobre-humanas aos filhos da terra, zona pacata onde só se cuida de gado leiteiro. Hoje, com o cinema, vê-se que tudo quanto fazia está dentro do poder humano. O que realizava é o que realizam, no Triângulo e alhures, os nossos vaqueiros, cujas façanhas lemos, com emoção, em páginas magistrais de Guimarães Rosa.

Tomado de paixão, deseja Paulino desposar certa jovem, filha de uma fazendeira viuva, das principais famílias da localidade. Foi, naturalmente, recusado, recusa de que resultaram trágicas conseqüências, como se verá.

No arraial em festa, o leilão de prendas congrega em tórno de uma mesa, em plena praça pública, uma multidão alegre e ruidosa, que se diverte com ditos chistosos, causando hilaridade entre os presentes, quase todos ligados, entre si, por laços de parentesco.

O leiloeiro (escolhido para a função por seu espírito), procura fazer “graças”, chamando pelo nome êsse ou aquêlê conhecido, desafiando-o e julgando-o incapaz de arrematar essa ou aquela prenda. O desafiado não se dá por vencido, elevando os lances, que outros cobrem, para obrigá-lo a adquirí-la pelo máximo.

Paulino Franco, entretanto, não participa do regosijo geral. Permanece taciturno como quem rumina idéia fixa. Em dado momento, apregoa-se prenda estranha: uma tábua.

— “Quanto me dão pela tábua? Quanto me dão pela tábua?” Ao que um dos mais gaiatos responde: “Cinco mil réis para ser para o Paulino Franco e outro: Seis mil réis para não ser para o Paulino”. E assim por diante, até que a prenda foi entregue a Paulino. Êste não entende a significação daquilo e pede explicações. Dizem-lhe, então, o significado simbólico da tábua: é que a jovem não aceitava o seu pedido de casamento.

Mais taciturno se tornou o uruguaio.

Findo o leilão, pede a um amigo, emprestada, uma capa das que então se usavam para viagens a cavalo. Já tinha o seu

preparado num bosque próximo. Tudo, como se vê, premeditado e pronto para a fuga, como depois se veio a saber.

A noite dá-se a tragédia. Apunhala a moça quando esta, no intervalo de uma contradança, passeia pela sala, e, sanguessedento, empunhando a arma assassina, desafia a todo mundo. Alguém, armado de uma tranca de porta, que encontra à mão, vibra-lhe na cabeça, pelas costas, violenta pancada, que o prostra desfalecido.

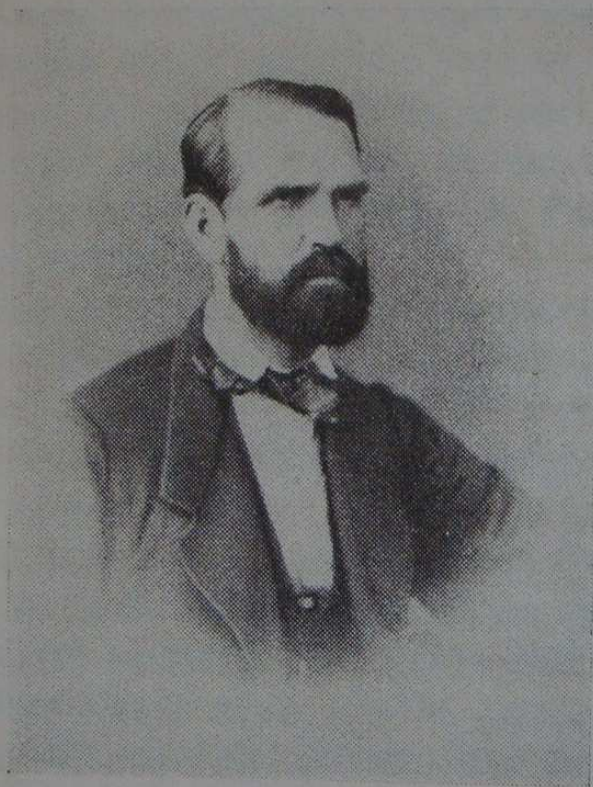
Ainda assim, não foi fácil subjugá-lo e manietá-lo.

— Que fazer do assassino? Entregá-lo à Justiça, seria a fuga e a vingança contra os que o prenderam e espancaram. A ser êle sobrenatural, como se acreditava — não prevaleceriam as grades de um presídio.

Concertou-se, então, o plano de linchamento, contra o qual se bateu Antônio Francisco de Souza Andrade, que, não logrando dissuadir os populares do fúnebre propósito, faz como Pilatos: lava as mãos e retira-se para sua fazenda.

Na manhã seguinte, consuma-se a tragédia, de que foi palco o adro da Matriz. Atado de pés e mãos, desfecharam-lhe dezenas de tiros e, como se lhe prolongasse demasiado a agonia, mais se arraigou, nos espíritos simples, a crença de que havia naquillo algo de sobrenatural.

Alguns dos autores do linchamento foram processados e absolvidos pelo júri de Turvo.



VISCONDE DE ARANTES

SÃO VICENTE DE MINAS

São Vicente de Minas pertenceu a Turvo.

Formou-se, aí, como que o centro da aristocracia rural do município, "rural", acentuemos, limitando com êsse qualificativo a amplitude de substantivo. Seja como fôr, o certo é que os fazendeiros de São Vicente, talvez por melhor situação econômica, sempre se distanciaram do chamado "caboclisto". Em todos os tempos, tiveram um padrão de vida relativamente alto, como o atestam suas propriedades, cujas sedes são amplos casarões, à antiga, quase todos com seu jardim à frente.

Embora com gênero diverso de atividade agrícola, não nos parece temerário afirmar que, já há um século, êles se aproximavam do tipo dos Senhores de Engenho de Pernambuco, de que nos fala Gilberto Freire.

Existem aí grandes fazendas e os proprietários das maiores foram: Francisco Teófilo dos Reis, da "Bela Vista", Francisco dos Santos, do "Espriado", Francisco Penha, dos "Pinheiros" e Francisco Vilela de Andrade, do "Monjolinho".

São Vicente era, como se dizia, então, a terra dos quatro Chicos: Chico Teófilo, Chico dos Santos, Chico Penha e Chico Vilela. Nos primeiros anos do último quartel do século passado, São Vicente, como núcleo eleitoral, pertencia todo ao Visconde de Arantes. Certos desmandos seus, porém, acrescidos do melindre causado ao senhor Antônio Ribeiro dos Reis, desprestigiando-o numa atitude que êste tomara como subdelegado, desgostaram as figuras de maior destaque e não tardou que o distrito se congregasse, quase em pêso, em tórno de um chefe único: José Eugênio de Azevedo Pinto. Em bem merecida homenagem, tem êle o seu busto na principal praça de São Vicente, testemunhando a gratidão de seus conterrâneos pela ótima água que, canalizada de longe, forneceu à Cidade, dando, de seu próprio bolso, mais da metade da quantia necessária ao seu custeio.

Com o Visconde ficaram poucos vicencianos e, entre êstes, Vicentinho dos Anjos, figura excêntrica, que passava a maior parte do tempo pescando no Aiuruoca. Quando nos aparecia em casa com seus pescados, escandalizava-nos, a nós, meninos, com suas irreverências contra o clero. Não faltava com o voto ao Visconde. Não havia quem o dobrasse. Como se vê, um

rústico, descalço, mas com personalidade. Eis porque figura aqui. Era quem levava ao Visconde (segundo o que nos informaram), o resultado de cada eleição. Fazia-o de um modo pitoresco. Conhecendo o eleitorado, postava-se na secção, que era única, e assinalava cada eleitor que votasse com um grão de milho, colocado no bolso do paletó, à direita ou à esquerda, conforme o partido a que pertencesse o votante. Terminada a votação, antes de apurados os votos pela mesa eleitoral, punha-se a caminho de Turvo, três léguas distante, onde o esperava o Visconde, bem como aos demais emissários dos outros distritos. Em chegando, Vicentinho exhibia ao chefe os grãos do cereal, discriminando-os: "Êstes são os Veados e êstes os Caranguejos (apelidos dos partidos locais). O Visconde que os contasse.

Outra figura digna de menção, (ocupando com Vicentinho, na escala social, o extremo oposto), foi o Padre Tertuliano dos Reis Meireles. Celebrava missa em Madre de Deus, uma vez por mês, 7 léguas distante de sua paróquia, fazendo a cavalo a viagem, que se dividia em duas etapas. Quando acontecia pernoitar em nossa casa — a Fazenda da Bahia — era um Deus nos acuda.

Apenas pelo gôsto de discutir, atacava o partido de cujo diretório meu pai era presidente. Exaltavam-se, então, os ânimos. Confundiam-se as duas vozes, atroando o amplo salão da fazenda, afligindo minha mãe, sempre temerosa de que meu pai, no calor da contenda, se desmandasse e faltasse com o devido respeito à batina do Reverendo. Tal, porém, não sucedia e tudo serenava cavalheirescamente, em tórno de uma bandeja de café e biscoitos, de fabricação caseira.

MADRE DE DEUS

Em Madre de Deus contava o Partido Republicano do Turvo com Valério Teixeira de Rezende e Severino Augusto dos Reis Meireles, respectivamente proprietários das grandes fazendas: Vargem e Cachoeira. Citar êsses nomes é relembrar os descendentes de famílias das de melhor linhagem mineira.

José Venâncio Teixeira, da Fazenda dos Poldros, membro de uma das famílias de maior projeção do município, era uma figura interessante, das de quem se tem algo a contar. “Estou-vado”, eis o qualificativo que se lhe dava para se lhe definir o temperamento insôfrego.

Nas caçadas às capivaras, que êle chefiava anualmente, por ocasião da maior vasante do Aiuruoca, é que melhor se lhe evidenciava a afoiteza. Se caía nágua uma caça — capivara ou paca — não se continha: levantava-se, de súbito, a arma em posição de tiro, com risco para os companheiros, se punha a caminhar ao longo da canôa e, como esta, oscilando, não lhe oferecesse a necessária estabilidade, José Venâncio dava o seu involuntário mergulho.

Outra figura também interessante, por suas arrancadas, era o seu filho — o Zéquinha Venâncio — herdeiro do nome e da fazenda. — “Quem manda em Madre de Deus, dizia êle, é o compadre Joaquim e quem manda no compadre Joaquim sou eu”.

Se, pois, nos bastidores, como insinuava com espírito, seria êle, em última análise, o chefe de Madre de Deus, quem, entretanto, representava o papel no palco era o seu cunhado, Joaquim Pedro de Araujo, proprietário da Fazenda dos Campos, situada a meio caminho de Turvo e São João del Rei.

Era pouso obrigatório de quem, a cavalo, única condução da época, se dirigia a qualquer dessas cidades. E a casa de Joaquim Pedro, comprovando a proverbial hospitalidade mineira, de que tanto nos fala Saint Hilaire, estava sempre aberta ao viajante.

Como membro do Diretório do Partido, Joaquim Pedro acompanhava os demais componentes do dito Diretório em suas visitas ao Palácio da Liberdade.

De uma feita, êle, que era calvo, percorre com a mão espalmada, num gesto de simplicidade bem mineira, a calva do

Presidente do Estado, com estas palavras: "Somos colegas". O Presidente, como é natural, sorriu contrafeito.

Antônio Bernardino de Araujo, da Fazenda do Retiro, lembrava a figura de um patriarca bíblico. Era inteligente e espi-rituoso. Seus descendentes, herdando dêle essas qualidades inatas e dos livros a cultura, vão fazendo boa figura na sociedade e nas letras.

Toda essa gente, que evoco com emoção, e que já descansa na paz do túmulo, recebeu, no mais alto grau, a marca da terra mineira, no que esta de mais típico imprimiu no caráter de seus filhos: a probidade, o espírito hospitaleiro, o apêlo a seu torrão, aí integrado de corpo e alma, aí mourejando, aí sofrendo, como é da contingência humana, aí gozando a paz do campo, cultivando a terra, criando o seu rebanho, fazendo a grandeza da Pátria e legando aos filhos um nome limpo.

A "CONCILIAÇÃO"

Em 1900, o Partido Republicano do Turvo tinha tudo: a Câmara e tôdas as autoridades municipais. Sôbre êles, porém, pairava a espada de Dâmocles: o Govêrno do Estado. Êste não tem entranhas. Age, ora ostensiva, ora subrepticamente sôbre as situações municipais, dando a uma o que pertencia à outra e vice-versa, conforme sua conveniência.

À propósito, vem o fato que vamos narrar. Por volta de 1906, era coletor estadual em Andrélândia uma de suas figuras de maior projeção social e elemento de relêvo do Partido Republicano do Turvo, João Pedro da Silva Vilela, de saudosa memória. Foi, sumàriamente, demitido sob a falsa e revoltante denúncia do partido contrário, que pleiteava o cargo para cor-religionário seu. João Pedro não poderia continuar no exercício dêle por que tinha o espírito turbado. Eis a torpíssima acusação levada ao Govêrno pelos adversários, contra os quais caberia processo-crime, se João Pedro — menos generoso — fizesse valer o seu direito. Debalde pleiteou êle, munido de uma carta do diretório de seu partido, a sua reintegração no cargo.

Apresentou-se, em pessoa, ao Presidente Francisco Sales e a seu Secretário das Finanças, demonstrando-lhes de modo eloqüente, a sua perfeita sanidade mental e, pois, a improcedência da criminoso acusação.

Era, então, o autor dêste folheto ginasiano em Belo Horizonte e pôde testemunhar a maneira indigna com que se ludibriou a boa fé de João Pedro. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada — veja-se êste nome! — autor da exoneração de João Pedro, diz a êste que volte tranqüilo para sua terra, assegurando-lhe que, em poucos dias, teria notícia de sua reintegração. Esta jamais lhe veio.

Veja-se até onde a política leva os homens! Mesmo um Andrada (e de que porte foi êste!) atendendo às suas injunções, é forçado a faltar com a palavra. Aquí, o Govêrno agiu ostensivamente e podia fazê-lo, embora injustamente, quando os cargos não eram providos por concurso. Vejamos agora como se intervêm subrepticamente. O Visconde, já sem esperança na restauração monárquica, entrou a assediá-los políticos e os govêrnos com oferecimento de votos. Silviano Brandão, Presidente do Estado, age nos bastidores, por intermédio de

Francisco Bressane. Este, como mandatário, propõe (eufemismo que significa ordena) ao Partido Republicano do Turvo que divida o queijo, que era todo seu, com o Visconde de Arantes. E fêz-se, entre os partidos locais, a malfadada "Conciliação", de triste memória. De acôrdo com o que se estipulara, caberia à presidência da Câmara ao Partido Republicano do Turvo e a maioria de vereadores ao Visconde. Este, aproveitando-se dela, fraudou logo o compromisso conciliatório, chegando mesmo a pedir ou, pelo menos, a facilitar, a mutilação do município, com a passagem de Carrancas para o município de Lavras. É que o eleitorado daquêle distrito pertencia, na sua totalidade, ao partido contrário ao seu. Essa arma política deixou o P. R. T. desfalcado de valioso contingente eleitoral.

Findo o triênio "conciliatório", deseja, ainda, o Visconde organizar uma chapa em comum, em que entrassem elementos de ambos os partidos. A experiênciã, porém, do primeiro acôrdo não poderia ser esquecida.

José Bonifácio de Azevedo, ex-presidente da Câmara recém finda, a quem se dirigira o Visconde, preferiu, de acôrdo com o consenso unânime do Partido, bater a eleição. Político, que o era, conhecia bem as artimanhas dos políticos. Não poderia, pois, confiar na lealdade do Visconde, que, já no primeiro ajuste, a êste não apusera a sua assinatura. Mandou que outros o fizessem. Já não haveria nisso uma segunda intenção?

Bateu-se, enfim, o pleito. Derrotado, o Partido Republicano de Turvo permaneceu no ostracismo até 1915, data em que voltou de novo às urnas.

A CHAVE DO CEMITÉRIO

Passamos alguns anos em certa localidade do interior, onde era acirrada a política e onde se degladiavam dois chefes. Pouco faltava para que se engalfinhassem em época de eleições.

O farmacêutico local, inteligente, encarando do alto e com desprezo, tudo aquilo, comentava, malicioso: — Quem lucra com essa luta é, ora o Manuel João, ora o Joaquim Bento. Se vence A, volta a chave de zelador do cemitério para as mãos de Manuel João, se vence B, continua ela em poder de Joaquim Bento.

Com efeito, era tudo quanto resultava de tanto sacrifício. Em Andrélandia, pode-se dizer, nunca se lucrou mais do que a nomeação de uma professora, de um porteiro de Grupo, de um inspetor de quarteirão.

— Valerá à pena tanta luta para tão ínfimo resultado? indagará quem desconhece a vida de interior. — Sim, respondemos nós. É que, em se lutando pelo domínio político local, luta-se pela própria tranqüilidade.

Se os chefes dominantes pudessem conter os correligionários, criadores de casos, poder-se-ia, talvez, tomar posição cômoda e egoística, alheando-se das tricas de campanário, de que só advêm dissabores.

— Como, porém, fazê-lo, encerrando-se em tórre de marfim, se os detentores do poder nem sempre podem fazer prevalecer a sua autoridade?

Poderá alguém, que ame o seu torrão e aí viva, manter-se alheio à sua vida política, diante de fatos, de que apenas vamos narrar um?

Ei-lo. Por volta de 1910, era pároco em Andrélandia o padre Carlos Müller, que era acusado de simpatizante do P. R. T., então no ostracismo. Inúmeras representações do partido dominante chegavam ao Bispado, reclamando contra êle. D. Silvério Gomes Pimenta, porém, verificando a improcedência das reclamações, não as atendia. E crescia o ódio contra o padre.

Até mesmo dentro da igreja, postavam-se grupos de inimigos seus em atitude agressiva e desrespeitosa, com franco desassossêgo para as famílias, que se retiravam receiosas de graves conseqüências.

- Esse estado de coisas culminou com a entrada em cena de certo capitão Paulo, da polícia mineira. Tomado de amizade pelos chefes do situacionismo político do momento, entendeu, esse famigerado capitão, que devia ser mais realista que o próprio rei: tomou, também, partido contra o padre.

Em frente à Matriz, realizava-se um leilão de prendas. Capitão Paulo postou, aí, o destacamento policial, de armas embaladas, e se pôs — êle, em pessoa! — a arrematar as prendas apregoadas, ordenando ao leiloeiro que as fôsse atirando ao chão, em afronta ao vigário e a todos os presentes. Foi, então, que um grupo de rapazes, para pôr termo àquela inconcebível covardia, pede ao leiloeiro que apregõe em conjunto as prendas restantes. Atendidos, cotizaram-se e tudo se arrematou de uma vez.

— Não é de admirar, porém, que, por êsse “ato de bravura” tenha essa autoridade atrabiliária conquistado mais um galão.

ANDRELÂNDIA TRÁGICA

Além das tragédias já relatadas, de ordem passional, como a de Carrancas e de ordem política, como a de Piedade, houve três outras que abalaram sobremodo a cidade, cobrindo-a de luto.

A primeira deu-se no início do último quartel do século passado. A vítima foi o pároco local, Miguel Manso de Oliveira, e o assassino, Antônio Guido, que o esperou de tocaia e o prostrou com uma carga de chumbo.

O criminoso faleceu com avançada idade, depois de cumprir, na Cadeia de São João del Rei, a pena de trinta anos de reclusão, a que foi condenado pelo júri de Turvo. Durante o processo ou posteriormente, nunca revelou êle o móvel do crime. Há a versão de que se prende a tragédia ao conselho que lhe dera o padre de que desistisse de requestar certa jovem, de posição social superior à sua. O que parece certo, porém, é que o assassino era portador de um desequilíbrio mental, hoje facilmente confirmado ou negado com os recursos da moderna psiquiatria.

O segundo crime foi o fusilamento, pela polícia, de Hermógenes de Queiróz, Mecenas da Guia Rosa e José Luiz da Silva, crime bárbaro, ocorrido em outubro de 1914. Foi o trágico desfêcho de uma imprudência de rapazes, num circo de cavalinhos. Entenderam, talvez, êsses moços que para êles se devia atrair a atenção da platéia. E escolheram uma brincadeira de mau gôsto: desarmaram um soldado do destacamento local, que veio logo em desagravo ao colega de farda. O resultado foi o que ficou dito: três mortos e alguns feridos, entre os que não participaram da agressão ao policial.

Não satisfeitos com o morticínio, os soldados, de armas embaladas, perambularam pelas ruas desertas, durante dois ou três dias, até que se suspendesse o sítio por meio de outro destacamento, vindo de fora.

A terceira tragédia, de mais graves consequências, pelo número de mortos, deu-se a 3 de dezembro de 1922, cujas vítimas foram: José Suzano Pereira de Carvalho, João e Ascendino da Guia Rosa, Bráulio Narciso de Sá, José Gonçalves Cardoso, Militão Honório de Carvalho e Francisco Ferreira Leite.

Situada no Planalto Central do Brasil, Andrélandia, cujo bucolismo deve predispor os homens à tolerância mútua; Andrélandia, cultora do cristianismo e que, por isso mesmo, devia ser um seio de Abraão; Andrélandia tem sido, entretanto, palco de dramas sangrentos, que enlutam algumas páginas de sua história, donde o conceito de turbulenta em que é tida fora de suas fronteiras. Nada mais falso.

Velha e civilizada, esta cidade, cujos habitantes descendem, na sua quase totalidade, de gerações que aí nasceram, viveram e morreram, já tem formada a sua alma coletiva, de índole ordeira e mansa.

Quem se der à leitura deste trabalho, verificará que, dos graves conflitos aqui registrados, as vítimas foram os filhos da terra e os agentes, elementos estranhos ao município.

Dramas houve e os haverá, onde quer que viva o homem em sociedade. Não poderia, pois, Andrélandia, embora pacífica, fugir a essa contingência. Dentro de seus limites houve, com efeito, graves choques, nenhum, porém, de tão funestas consequências quanto o conflito de 22 — desenlace trágico de exacerbadas paixões políticas e de uma falsa interpretação de circunstâncias que deram ensejo à tragédia.

Recuado no tempo mais de três decênios, esse drama pungente ainda confrange o coração andrélandense, independente de côr política.

Resultou, êle, de um mal entendido.

Funcionavam no prédio do Grupo Escolar três secções eleitorais, surgindo, por vêzes, entre adversários apaixonados, a propósito do pleito, trocas de palavras, mais ou menos ásperas.

O Delegado Especial, Dr. Antônio Braulio Vilhena, prevendo o que poderia resultar de uma multidão apaixonada, comprimida dentro de um prédio, em dia de calor intenso, sem que se pudesse sair, devido à chuva que caia, ordenou aos policiais que fizessem sair do edifício os que já houvessem votado e que se não permitisse a entrada a quem estivesse de fora.

José Suzano Pereira de Carvalho, João e Ascendino da Guia Rosa e um prêto que os acompanhava, desconhecido no município, estavam, no momento, na Casa da Câmara, onde funcionava a 1.^a secção. Da sacada onde se achavam, viram êles, tangida pelos policiais, a multidão que saia do Grupo.

Interpretaram errôneamente o fato: julgaram que dentro do prédio estalara um conflito. Deixaram, então, o ponto onde estavam e para aí acorreram. Obediente às ordens do Delegado, a polícia barra-lhes a entrada. E os quatro, de armas em punho,

saltam por uma das janelas para dentro do edifício, dando-se, assim, entre êles e elementos policiais, o inevitável e trágico choque. O preto estranho, assim como saltara para dentro, ileso, saltou para fora e nunca mais foi visto em terras de Andrelândia.

José Suzano, João e Ascendino, porém, tombaram mortos na sala, o primeiro a sabre, os outros a bala. O anspeçada, Custódio Marques Lopes, contra quem se chocaram êles, com o peito atravessado por várias balas, foi transportado para o quartel, onde esteve entre a vida e a morte, como entre a vida e a morte esteve o próprio Delegado, Dr. Vilhena, igualmente baleado. Na mesma sala jazia, assassinado a punhal, Militão Honório de Carvalho.

José Gonçalves Cardoso foi fuzilado na rua por um policial. Feridos a bala, no recinto das secções, vieram a falecer, logo depois, Braulio Narciso de Sá e Francisco Ferreira Leite, o primeiro na rua, o último já na sua residência.

Além dos mortos, houve vários feridos, mais ou menos graves.

A VIA FÉRREA

O dia 14 de Junho de 1914, marcou para Andrélândia como que o início de uma nova éra: inaugurou-se a estação da Estrada de Ferro Oeste de Minas. O apito da locomotiva é um convite ao apático concitando-o a participar do tumulto da civilização. A localidade que passe a ouvi-lo recebe uma ordem de marcha. É o "surge et ambula" de Cristo. Andrélândia, obediente a êsse apêlo, despertou do marasmo em que jazia, acelerando o ritmo de progresso e duplicando, em poucos anos, o número de suas habitações.

O Campo do Cemitério, onde existiam poucas casas, é hoje um bairro novo, de vivendas modernas, cujo número, talvez não seja inferior ao da parte velha da cidade.

A economia do município, como corolário de mais fácil escoamento para seus produtos, entrou, igualmente, a crescer. Até então, tudo quanto se conduzia tinha o seu ponto de embarque, em Bom Jardim, a cinco léguas da séde municipal, ou em São João del Rei, ainda mais distante.

E Andrélândia, se já era civilizada, com a via férrea, ainda mais alto elevou o seu nível de civilização — resultado lógico de mais pronto intercâmbio, comercial, social e cultural, com os grandes centros do país.

Fato notável, que atesta o seu gráu de cultura, é que, supomos, não haja em Minas, com igual população, outra cidade onde existam tantos diplomados em cursos superiores. Médicos, engenheiros, advogados orçam por muitas dezenas. É que ela, como São João del Rei, Aiuruoca, Lavras, com as quais confronta, pertence ao grupo das mais antigas cidades mineiras, cuja civilização, por isso mesmo, já se vem estratificando através de algumas gerações. Se é certo que a civilização avança por degraus, começando na criação de gado, passando pela lavoura e culminando na indústria, pode-se dizer que Andrélândia já atingiu a última fase. Foi aí que se instalou, por ordem cronológica, a segunda fábrica de manteiga de Minas (e por que não dizer do Brasil?), cuja fundação se lerá no capítulo seguinte.

E, hoje, a indústria de laticínios representa, para o Município, a sua principal fonte econômica. É verdade que ela é,

por assim dizer, a sua única indústria, decorrendo o fato de condições peculiares ao meio físico e não da falta de iniciativa e dinamismo de seus filhos, que se revelam, de preferência, fora de seu torrão, onde condições de ambiente lhes permitam expandir a capacidade. É, com efeito, notável, o sucesso de nossos conterrâneos fora de seu bêrço, seja no Rio, em São Paulo, no Estado do Rio, no Paraná ou alhures, na indústria, no comércio, na lavoura ou em qualquer outro ramo de atividade humana. Os archi-milionários orçam, também, por dezenas, o que é de admirar, dada a pequena população de Andrélandia.

A hostilidade do meio enrija o homem na conquista do pão. Em encontrando êle ambiente menos hostil, melhor lhe aproveita as vantagens. Nem outra é a razão do sucesso do estrangeiro entre nós, como outra não será a do sucesso do andrelândense fora de sua terra. O inglês — observa Monteiro Lobato — não seria o que é se nas Ilhas Britânicas medrasse a mandioca.

Entre os vitoriosos da terra, queremos destacar, porque aí reside e é político militante, o fundador da firma Salgado & Irmãos, Odilon Salgado, espírito "ianque", que, ainda menino, iniciou, com pequeníssimo capital emprestado, a sua indústria de laticínios. Com séde em Varginha e postos espalhados por vários pontos do Estado, a sua emprêsa é, hoje, sem favor, um modelo de organização administrativa e, se não a maior, pelo menos uma das maiores produtoras de manteiga do país.

Com êste teste de realizador, a Odilon é que deveria caber, permanentemente (taxem-me, embora, de suspeito) a orientação político-administrativa do município, se, em benefício dêste, possível fôsse um acôrdo entre os políticos locais.

A "FÁBRICA DA BAHIA"

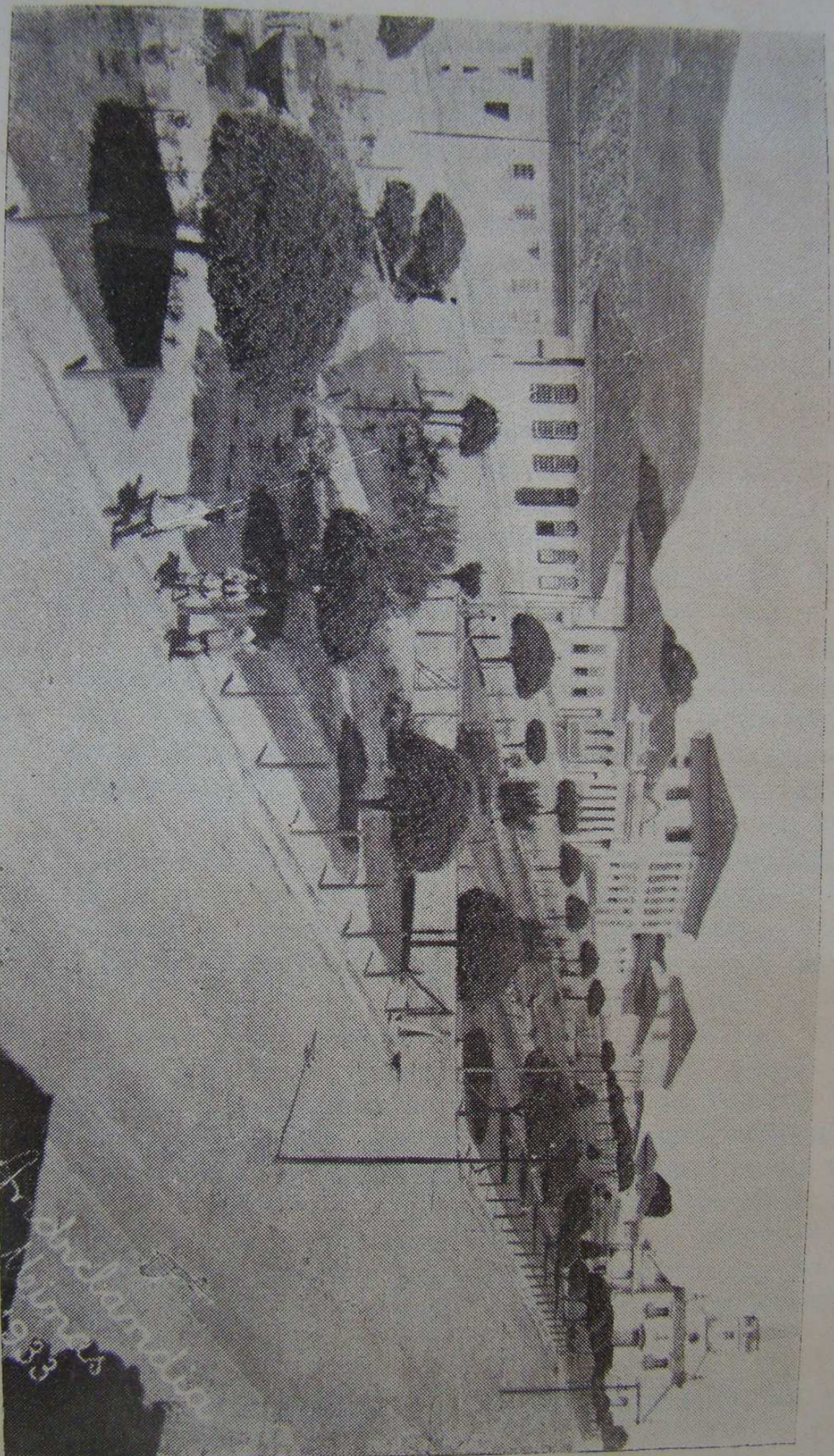
A indústria de laticínios, até o final do século passado, era rudimentaríssima e consistia, apenas, no fabrico de queijos. Só se entrou com o uso da máquina, indispensável para a fabricação de manteiga, já no limiar de 1900, indústria que tomou vulto e que é, hoje, um dos produtos que mais contribuem para a economia mineira. E Andrélândia pode vangloriar-se de ser precursora dessa nova indústria, pois, que foi na Fazenda da Bahia, de propriedade de José Bonifácio de Azevedo, que, em 1899, se fundou a segunda fábrica de manteiga de Minas, se não do Brasil.

A primeira foi a da Mantiqueira, do Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes, espírito superior, que não via na fábrica em projeto uma concorrente. Ao contrário, não se furtou a mostrar aos que viriam a ser os fundadores da Fábrica Veado todo o maquinismo da sua, animando-os a perseverar na idéia e, mais tarde, quando esta se tornara realidade, forneceu, em caráter provisório, um fabricante de manteiga, até que chegasse da Alemanha um técnico em laticínios: Guilherme Hilker. Foi, sem dúvida, um arrôjo a fundação dessa fábrica. É que, na época, não havia mercado para a manteiga nacional, só se consumindo, e mesmo assim em pequena escala, marca de fabricação estrangeira.

Podemos dar testemunho da luta em que se empenharam os três sócios, José Bonifácio de Azevedo, João Zuquim de Figueiredo Neves e José Ribeiro Salgado, para introduzir no mercado o produto de sua fabricação. Vendia-se em lata de meio quilo. O maquinismo era completo, sendo as latinhas confeccionadas na própria fábrica, vindo, apenas, o rótulo estampado em lâminas de folha. Sua montagem ficou em Cr\$ 55.000,00, quantia ridícula, dirá o leitor de hoje, quantia de vulto para o tempo, diremos, quando um litro de leite custava menos de dez centavos e um quilo de manteiga menos de Cr\$ 3,00. Verifique-se o custo de um litro de leite de hoje e de um quilo de manteiga e veja-se o que representavam, para o tempo, aqueles Cr\$ 55.000,00. Nos primeiros anos, com a dificuldade de venda, houve prejuízo, obrigando a Fábrica a atrasar o pagamento do leite a seus fornecedores. Estes, porém, não viam, no fato, motivo para faltar com a matéria prima, tal a

confiança que lhes inspiravam os compradores. E, como prêmio de perseverança e honestidade, veio, finalmente, a compensação, não só para os fundadores da empresa, como para toda a zona, logo beneficiada com outras e outras fábricas, inspiradas no bom êxito da Fábrica Veado, de Azevedo & Cia.. Dela não se poderá tirar a glória de ser, na ordem cronológica, a segunda fábrica de manteiga de Minas, com um produto de tal modo fino, que para logo se impôs ao mercado consumidor e que nunca deixou de ser premiado, com medalha de ouro, em todas as exposições — nacionais e estrangeiras — em que concorria.

A indústria de manteiga beneficiou muitíssimo toda a zona. Até então, quase nada se apurava nos queijos, que se deterioravam no tempo do calor. Para embarcá-los em São João del Rei, em Bom Jardim, em Livramento, enfim, na estação mais próxima, havia um percurso de dez a doze léguas em lombo de burro. Começou-se, então, a receber melhor preço pelo leite, estimulando-se, assim, o produtor no apuro das raças leiteiras, já agora interessado em produzir sempre mais. Eis que se inicia a importação de reprodutores holandeses, suíços, guerneseys, jerseyes, etc..



O aspecto tipicamente brasileiro de Andrelândia

A CAMPANHA CIVILISTA

Era Presidente da República Afonso Pena. Minas, então, brilhava no Parlamento Nacional com algumas estrêlas de primeira grandeza, e, tão jovens eram, que o seu conjunto recebeu o nome de "Jardim da Infância".

Eram Carlos Peixoto, David Campista e outros. Carlos Peixoto, principalmente, com sua notável eloquência, impressionava a Câmara, de que chegou a ser Presidente. O discurso com que, forçado pela reviravolta política, renunciou a essa Presidência, figura nos anais do Parlamento como uma das maiores peças oratórias aí pronunciadas.

Pinheiro Machado, senhor absoluto da política do país, receioso de que esse poder lhe viesse cair das mãos, — diz-se — ouvindo-o, murmurou para os que lhe estavam mais próximos: — "Esse menino ainda vem a ser o chefe de todos nós". Tal, porém, não se deu, como veremos.

David Campista foi Ministro da Fazenda no govêrno Afonso Pena. Especialista em questões econômico-financeiras, talvez não seja temerário afirmar que competia, no assunto, com Joaquim Murtinho. Eis porque Afonso Pena, visando restaurar as finanças do país, o desejava para seu sucessor.

Assim, porém, não o entenderam os membros do Partido Republicano Conservador, único, então, de âmbito nacional, cujo chefe supremo era o General Pinheiro Machado. Este, para contrapôr-se a Afonso Pena, procura cortejar as Fôrças Armadas, escolhendo como sucessor daquêle o seu Ministro da Guerra, Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, que se demite do Ministério e — ao que se diz — bate com a espada na mesa do gabinete do Presidente, em atitude ameaçadora. Afonso Pena, já velho, recebe forte abalo e falece de "traumatismo moral", segundo atestado dos médicos assistentes. Com sua morte, Carlos Peixoto e David Campista, relegados ao ostracismo, não mais voltam ao cenário político, o que, por certo, sucederia se não desaparecessem tão cedo. Foram como que dois meteoros, que brilhassem e se apagassem num momento.

Foi marcado o dia em que se devia homologar a candidatura do Marechal. Em vão, um civilista apaixonado, Rui Barbosa, em carta aberta aos senadores Azeredo e Glicério, membros do Diretório do P. R. C., aponta-lhes os perigos de um

governo militar e os exorta a que se reflita bem na decisão que se ia tomar. A carta de Rui não encontra eco no seio de seus amigos e colegas de Senado. Nela, Rui lembra nomes de civis que poderiam substituir o do Marechal e pergunta: — “Pois, Mato Grosso não tem o sr. Joaquim Murinho? Rio Grande, o sr. Pinheiro Machado, o sr. Borges de Medeiros? Santa Catarina, o sr. Lauro Müller? São Paulo, o sr. Rodrigues Alves, o sr. Campos Sales, o sr. Albuquerque Lins, o sr. Antônio Prado? Minas, o sr. Bias Fortes, o sr. Francisco Sales? Rio de Janeiro, o sr. Quintino Bocaiuva, o sr. Nilo Peçanha? Bahia, o sr. José Marcelino, o sr. Severino Vieira, o sr. Araujo Pinho, o sr. Seabra? Pernambuco, o sr. Rosa e Silva? O Brasil o sr. Barão do Rio Branco?”.

Essa carta, eloqüentíssima, como tudo quanto vinha de Rui, foi a clarinada que despertou a Nação para a luta que se travaria, renhida.

Em Minas, Estado por excelência civilista, foi onde maior eco encontrou a convocação cívica de Rui. E, diariamente, os maiores jornais da Capital, “O Correio da Manhã”, a “A Gazeta de Notícias”, o “O Imparcial”, estampavam telegramas de diretórios políticos do interior do Estado, abraçando a causa civilista. E os matutinos precediam as notícias de adesão em “manchetes” como esta: “Formidável reação em Minas”. E esta, com efeito, foi ganhando de tal modo o país, que para logo se viu a possibilidade de enfrentar a candidatura militar. Escolheu-se a chapa Rui Barbosa-Albuquerque Lins, respectivamente para Presidente e Vice-Presidente da República.

A convenção que homologaria essa escolha realizou-se no, hoje extinto, Teatro Lírico.

Foi um espetáculo memorável, de que nunca me esqueci. O teatro estava à cunha. No palco, a mesa que presidia os trabalhos; no recinto, os convencionais, onde se sentava João Zuquim de Figueiredo Neves, representando o Partido Republicano de Turvo; nos camarotes, nos balcões e nas frisas, uma multidão entusiástica.

Gabriel Ribeiro Salgado, José Justino de Azevedo, José Gustavo Alves e o autor dêste ocupavam uma frisa. Beirávamos, então, os vinte anos, idade em que a memória fixa bem os fatos e isto nos permite reconstituir, hoje, cremos que com fidelidade, o que se passou naquela noite memorável.

Aberta a sessão, Irineu Machado pede a palavra e propõe que a votação fôsse secreta, embora declarando que o seu voto seria para o Conselheiro Rui Barbosa. Foi aprovada a proposta. Eis que se levanta Assis Brasil, chefe do Partido Federalista do Rio Grande do Sul, dizendo que seu partido não votaria em

candidato cujo programa de governo não fôsse conhecido, ao que retruca Carlos Peixoto, afirmando que, no momento, não se tratava de programa, mas de assunto mais importante, isto é, do civilismo contra o militarismo. E Assis Brasil: — “Peço permissão a Vossa Excelência para dizer que não penso assim”. E Carlos Peixoto: — “Vossa Excelência não pensa assim, mas assim pensa Andrade Figueira, êsse varão de Plutarco, que antes de monarquista é brasileiro”. Palmas. (Andrade Figueira, monarquista arraigado, participava da Convenção, julgando cumprir, no caso, um dever patriótico).

E prossegue Carlos Peixoto, citando outros brasileiros ilustres, que, embora não políticos, se manifestaram a favor do civilismo. Aplausos. Cessados êstes, Assis Brasil levanta-se e pede permissão à Mesa para retirar-se, e sai acompanhado de correligionários seus.

Dá-se início à votação, que termina à uma hora da madrugada, sendo proclamada a chapa Rui Barbosa-Albuquerque Lins. Era de crer que, pelo adiantado da hora, a assistência nada mais desejasse senão retirar-se. Tal, porém, não sucede. Entra-se a exigir a palavra de Pedro Moacir. Pedro Moacir! Pedro Moacir! Pedro Moacir! Ergue-se êle, enfim, e empolga a multidão com belo improvisado. E em seguida, exige-se a eloquência de Barbosa Lima. Êste — também grande parlamentar — faz vibrar a assistência com seu verbo causticante, terror do adversário.

Intensifica-se a campanha. No Parlamento, as vozes de Irineu Machado, Pedro Moacir, Barbosa Lima, João Mangabeira, Alfredo Ellis, Cincinato Braga e outros fazem vibrar as galerias. A imprensa levava a propaganda ao interior do país. Rui, como um apóstolo, percorre vários Estados, realizando conferências, que ficaram nas letras pátrias, como modelos de eloquência e poder verbal. E a campanha empolga tanto e traz em tal vibração cívica o país, que o próprio Rui traduz numa frase êsse estado emotivo:

— “A palavra, numa atmosfera eletrizada, adquire uma sonoridade estranha”.

De volta dessas prégações cívicas, encontrava Rui, no Cais Pharoux ou na Central do Brasil, uma multidão que o recebia em delírio.

Lembro-me bem que o hoje respeitável Dr. José Gustavo Alves, ex-Prefeito de Andrelândia durante os 15 anos da Ditadura, e eu, contagiados do entusiasmo coletivo, deixamos, por um momento, o nosso habitual complexo e, transfigurados, gritávamos, como os que mais o fizessem, vitoriando o nome de Rui. E, em meio de uma multidão fremente, o acompanhámos,

a pé, até a rua São Clemente, num percurso que durou cerca de quatro horas.

No pleito, a chapa civilista recebe, principalmente no centro do país, enorme votação. Esta, porém, foi abafada pelas atas falsas dos Estados do Norte, de onde, com efeito, desceram os "quatrocentos mil votos redondos", com que o situacionismo ameaçava a oposição.

O civilismo ganhou em Minas, mas o Congresso, aí, como por tôda parte, reduziu, à vontade, a votação de Rui, que foi esbulhado do poder.

Em Andrélândia, bateu-se a eleição com o mesmo ardor com que se bate um pleito municipal. O Partido Republicano do Turvo contribuiu com mais de oitocentos votos (naquê tempo o eleitorado era pequeno) para a chapa civilista, contra cerca de mil, dados ao hermismo pelo partido do Visconde.

Façamos, aquí, um elogio a Venceslau Braz, que, figurando na chapa militarista, como Vice-Presidente, não fêz pressão alguma no pleito, sendo êle, na ocasião, o ocupante do Palácio da Liberdade.

A REAÇÃO

De 1905 a 1915, o município esteve sob o domínio do Partido do Visconde, já agora, com o seu desaparecimento, sob a chefia de Emílio Antônio Cardoso, papel para o qual não lhe faltavam credenciais. Maneiroso, cativante, obsequiador, pertencia ao grupo dos bons políticos, dos que “ciscam para dentro”, no dizer pitoresco de Nilo Peçanha, ajuntando elementos e não para fora, espalhando-os.

Na mocidade, era Emílio quem rebatia, pelas colunas da “A Cidade do Turvo”, em chistosos versos, as arremetidas do “O Amigo do Povo”.

Ao lado de Emílio Cardoso, pode-se citar um sub-chefe: Evaristo Antônio Chaves. Era o Machiavel de seu partido. Quer estivesse no ostracismo ou não, Evaristo não descansava. Sempre agindo, não dava tréguas aos adversários, que o detestavam tanto quanto o deviam endeusar os seus correligionários. Farmacêutico licenciado, atendia a doentes, na cidade e na zona rural. Invadia a seara alheia, sem dúvida, mas fazia-o antes por espírito de caridade que por interêsse, o qual — se é que o havia — seria de ordem política e não pecuniária. Que esta consideração lhe seja levada a crédito.

Durante todo êsse longo decênio (1905 a 1915), curtiu o município um período de penúria, nada se construindo digno de nota, nada sendo mesmo, possível construir com diminutíssima arrecadação de rendas, a qual, por vêzes, não atingia a Cr\$ 20.000,00. Grande parte dos munícipes furtava-se ao pagamento de impostos, sob pretêxto de que êstes não seriam aplicados com lisura, alegação improcedente, numa época em que o índice de honestidade ainda era relativamente alto.

E a Câmara não fazia prevalecer o seu direito, obrigando o contribuinte faltoso a cumprir comezinho dever cívico. E o município chegou, de fato, a tal descalabro administrativo, que urgia pronta reação, a qual encontrou eco no seio do próprio partido dominante, vindo a seu encontro, para evitá-la, o mesmo senhor Emílio Cardoso. Sagaz, inteligente, captando o mesmo senhor Emílio Cardoso. Sagaz, inteligente, captando como sensível antena, o descontentamento que saturava o ambiente político do município, procura êle evitar irremediável derrota no próximo pleito.

Propõe aos adversários a organização de uma chapa única, em que entrassem elementos de ambos os partidos. Aceita a proposta, recebeu êsse efêmero conagraçamento o nome de "Aliados". Efêmero, dizemos bem, porque êle não durou como, entre nós, não duraram outros do mesmo gênero. É que nunca houve, por parte das facções políticas locais, o sincero desejo de trazer ao município a tão necessária paz. O que, em André-lândia, tem havido com rótulo de conciliação nunca deixou de traduzir, apenas, o desejo de uma das partes, a que a outra tem sido forçada a ceder, por sugestão, ou melhor, por ordem do Governo do Estado. Foi assim, como já vimos, no governo de Silviano Brandão e assim foi no de Antônio Carlos.

O acôrdo de que se trata aqui, embora não sendo imposição de fora, também não durou. É que, no pleito, se elegeu um vereador que não participava da chapa comum, o qual toma posição ao lado de um dos partidos "conciliados". Foi o bastante para que se desse o rompimento.

Procurar lealdade em política é procurar agulha em palheiro.

Foi Presidente dessa Câmara, que funcionou de 1916 a 1918, Domingos Custódio de Azevedo Pinto, cuja administração marca, para o município, o início de franco progresso, facilitado êste pelo advento da via-férrea, inaugurada cêrca de dois anos antes. Cresceu, nêsse triênio, de modo notável, a arrecadação municipal, já por melhor compreensão dos munícipes em contribuir para os cofres da Câmara, já por menor tolerância desta para com o contribuinte relapso ou recalcitrante. E não faltou a êsse fecundo período administrativo o valioso concurso da iniciativa particular, o qual superou, mesmo, pode-se dizer, os feitos da administração pública.

A iniciativa particular se deve, com efeito, a instalação elétrica no município, como a esforço particular se deve à criação do Grupo Escolar. Historiemos.

Até 1918, não havia iluminação pública em André-lândia. Em 1881, existiam, conforme diz o Dr. Ernesto Braga, "14 postes de gás-globo". Depois dêstes, vieram as trevas. Mais tarde, porém, por ocasião da primeira câmara do P. R. T., esta instalou uma iluminação a querosene, que funcionava até às 21 horas. Não tardou que a cidade entrasse de novo em trevas. Na data acima, porém, (1918) o sr. José Justino de Azevedo chama a si a meritória tarefa de pôr têrmo a tão chocante desconforto. Entregou-se, decidido, à faina de angariar acionistas com que se fundasse uma empresa de luz e força. Não lhe entrou nos cálculos (e disso foi inteirado quem tomasse ações) nenhum intuito de lucro. Visava-se, apenas, um fim altruístico: o progresso de André-lândia. Para isso

procurou êle, indistintamente, sem encarar a côr política de quem quer que fôsse, todos os andrélandenses de projeção social. Poucos elementos, entretanto, do partido contrario ao seu, (entre os quais Joaquim Tibúrcio de Carvalho e Inácio Pereira de Carvalho, que nunca faltaram com sua bolsa para qualquer empreendimento), se julgaram no dever de contribuir para o progresso de sua terra. Outros, porém, arrogaram-se o direito de censura à Companhia Turvense de Luz e Fôrça.

É que se instalara, em caráter provisório, até que se terminasse o serviço da usina elétrica, uma iluminação a motor. O "O Turvense", jornal de um dos maiorais do partido contrario, estampava isto: "Companhia gananciosa! Luz até às 11 horas, não a queremos!" etc.. Como se vê, os adversários sistêmicos, como o acentuámos alhures e o repetimos aqui, desprezam o próprio confôrto se êste lhes vem do partido contrario. Houve, mesmo, um dêles, altamente graduado, que fêz esta incrível observação: — "Luz para que? A noite foi feita para se dormir".

Orçado em Cr\$ 60.000,00 (quantia de vulto na época), foi iniciado o serviço. Quando êste estava mais ou menos em meio, já se havia dispendido essa quantia. Interpelado, o engenheiro, Dr. Asdrúbal Teixeira de Sousa, explica que não errara no cálculo, mas que dera aquêle orçamento apenas com o fim de se meter mãos à obra. Indispensável foi, pois, contrair um empréstimo, que se fez sob a forma de debentures.

Inaugurou-se, finalmente, a luz. Mais tarde, contraiu-se novo empréstimo, com o fim de levar-se a São Vicente a linha de transmissão, atendendo ao louvável desejo de elementos progressistas de lá, como Severino Eugênio de Andrade e outros.

Como a companhia não fôsse fundada visando lucro, mas o progresso do município, procurou-se uma emprêsa de maiores recursos, que melhor o beneficiasse, levando a fôrça a outros distritos.

Vendida à Companhia Sul Mineira de Eletricidade, esta correspondeu logo aos desejos dos fundadores da Cia. Turvense de Luz e Fôrça, extendendo a linha de transmissão até Bom Jardim, passando por Arantina. Na alienação da Emprêsa, perderam os acionistas metade do capital, com exceção de Izaltino Caldas Bastos e Euzébio Pereira, que, não sendo do município, não deviam participar do prejuízo. O autor dêste folheto, não sendo de Aiuruoca, no fim de cêrca de dez anos, sem nenhum dividendo, vendeu alí, as suas ações, com prejuízo, também de 50%. Não o lamentou. Tomara ações alí, como as tomou em Andrélandia, por altruísmo.

Qualquer empresa do gênero, em lugar pequeno, pelo menos nos primeiros anos, nunca deixa de ser deficitária. Acusar, pois, os principais fundadores da ex-Cia. Turvense de Luz e Fôrça de terem dela tirado proveito, é mais do que injustiça: é uma infâmia e um crime.

Aliás, esse tórpe aleive nunca veio a público com a responsabilidade de alguém.

Para que se tenha conhecimento da lisura com que se alienou a Companhia Turvense de Luz e Fôrça, transcrevemos as atas abaixo:

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA TURVENSE DE LUZ E FÔRÇA, REALIZADA AOS 29 DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 1927

Aos vinte e nove dias do mês de junho de mil novecentos e vinte e sete, nesta Cidade do Turvo, na séde da Companhia Turvense de Luz e Fôrça, em assembléia geral extraordinária, para o fim de ser discutida a proposta feita pela Companhia Sul Mineira de Eletricidade ou Companhia Paulista de "Material Elétrico", sob a presidência do Senhor Coronel José Bonifácio de Azevedo, servindo de secretário o cidadão José Gustavo Pereira, presentes os membros do Conselho Fiscal, João da Cruz de Andrade, Manoel Gonçalves de Alcântara Sobrinho, Mario Salgado e Christiano Belfort de Carvalho e acionistas em número legal. Aberta a sessão pelo Senhor Presidente, digo, depois de instalada a assembléia pelo Senhor Presidente, foi pelo acionista José Machado Salles, dado ciência à Assembléia da proposta recebida pela companhia, e, a seu requerimento, foi aprovado por unanimidade de votos que esta assembléia conferisse ao acionista José Justino de Azevedo, amplos e ilimitados poderes para vender à Companhia Sul Mineira de Eletricidade, ou a outra qualquer, todo o acêrvo, isto é, máquinas, instalações, prédios, benfeitorias, contratos e transferir privilégios da Companhia Turvense de Luz e Fôrça, podendo receber o preço que ajustar, passar recibos, dar quitações, investí-la na posse, etc. e tudo mais que em direito for permitido, a bem de seus direitos; dando assim, dissolvida a Companhia, logo que seja passada a respectiva escritura. Outrossim, fica o mesmo acionista José Justino de Azevedo, como liquidante, autorizado a liquidar todo o passivo da Companhia Turvense de Luz e Fôrça, distribuindo aos acionistas cincoenta por cento (50%) do valor de suas ações, dando os mesmos por firme e valioso tudo que fizer o referido procurador. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, por mim subscrita e assinada por todos os acionistas presentes. Eu, José Gustavo Pereira a subscrevo e assino. aa) José Bonifácio de Azevedo, presidente; José Gustavo Pereira, secretário; João da Cruz de Andrade, conselho fiscal; seguem-se outras assinaturas.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA TURVENSE DE LUZ E FÔRÇA, REALIZADA A 24 de DEZEMBRO DE 1927.

Aos vinte e quatro do mês de dezembro de mil novecentos e vinte e sete, nesta Cidade do Turvo, Estado de Minas Gerais, na séde da Companhia às 12 horas do dia e hora designada na convocação, presente grande número de acionistas, por si e por procuradores, em número legal exigido pelos Estatutos da Companhia, foi por unanimidade desta Assembléia, aclamado Presidente, o acionista Coronel José Bonifácio de Azevedo, que assumindo a presidência e depois de agradecer a sua aclamação, convidou a mim, José Gustavo Pereira,

infra assinado para Secretário. Exposto o fim da reunião, declarou o senhor Presidente instalada a Assembléia, visto estarem presentes acionistas em número legal. Dada a palavra ao Senhor José Justino de Azevedo, foi declarado pelo mesmo que tendo sido pelos acionistas da Companhia, conferido a êle, por Assembléia geral extraordinária, de 29 de junho do corrente ano, poderes para vender os bens que compõem o patrimônio da Companhia, e liquidá-la em seguida, foi feita a respectiva venda à Companhia Sul Mineira de Eletricidade, estabelecida no Rio de Janeiro, venda esta abrangendo a Uzina e instalações desta cidade e de São Vicente Ferrer e demais materiais e acessórios, pelo preço de noventa contos de reis (90 : 000\$00) conforme escritura firmada em 22 de novembro do corrente ano, em notas do tabelião Alvaro Teixeira, no Rio de Janeiro. A compradora assumiu desde logo todos os direitos e obrigações decorrentes do contrato e respectivos aditamentos que a Companhia mantinha com a Municipalidade do Turvo, e dos quais está agora desobrigada. Procedendo-se em seguida à liquidação das demais contas e verbas do Ativo desta Companhia, foi apurada a importância de quarenta e cinco contos, digo, importância líquida de 45:000\$00, que, distribuída pelo capital dos acionistas da Companhia, dá o saldo de cem mil reis (100\$000) para cada ação, estando o mesmo à disposição dos senhores acionistas, que devem agora se manifestar sôbre os atos praticados. Pelo acionista senhor Manoel Gonçalves de Alcântara Sobrinho, é mandada à Mesa a seguinte proposta: proponho que os acionistas da Companhia, aprovelem a venda feita pelo senhor José Justino de Azevedo, à Companhia Sul Mineira de Eletricidade, dos bens descritos na escritura de 22 de novembro do corrente ano, lavrada no tabelião Alvaro Teixeira, do Rio de Janeiro, e exonerem o mesmo Senhor José Justino de Azevedo, de qualquer responsabilidade decorrente dêsse ato que fica mantido e dado por feito e liquidado. Bem assim fica deliberado que os acionistas receberão por saldo das suas ações a percentagem de 50% mediante quitação ao liquidatário Azevedo, considerando-se desde já virtualmente dissolvida esta Companhia, e autorizado êle a promover o arquivamento dêstes atos e demais formalidades da liquidação da Companhia. Posta pelo senhor Presidente da Assembléia em discussão, e em seguida em votação, foi esta proposta aprovada unânimemente. Em seguida foi feita a leitura do relatório da Diretoria, e apresentado balanço geral dos negócios da Companhia, concernentes ao período de 1.º de julho do corrente ano a 30 de novembro do mesmo ano, e documentos anexos e balanço da liquidação final da Companhia, e bem assim do parecer do Conselho Fiscal que é do teor seguinte: "Parecer — O Conselho Fiscal da Companhia Turvense de Luz e Fôrça, tendo examinado as presentes contas e achando-as em ordem, conforme os balancetes, é de parecer que as mesmas sejam aprovadas. Turvo, 30 de Novembro de 1927. a) Manoel Gonçalves de Alcântara Sobrinho, Christiano Belfort de Carvalho. Encerrada a discussão sem impugnação, foram aprovadas as contas e atos da Diretoria, referentes ao período de 30 de julho, digo: de 1.º de julho a 30 de novembro último, de acôrdo com o parecer do Conselho Fiscal, que assim opinou, bem como o balanço final da liquidação. Nada mais havendo a tratar-se o senhor presidente mandou lavrar esta ata que depois de ser lida e aprovada, vai assinada por todos os acionistas e procuradores. Em tempo: — Tendo-se exonerado o senhor José Justino de Azevedo, do Cargo de Presidente da Companhia Turvense de Luz e Fôrça, em Setembro último, foi nomeado para substituí-lo o senhor Dr. José Godinho de Andrade, digo: José de Andrade Godinho, de acôrdo com o art. 14 dos Estatutos da Companhia. Nada mais havendo a tratar-se, o senhor presidente encerrou a sessão com as formalidades legais. Cidade do Turvo, 24 de Dezembro de 1927. Em tempo: Vale a entrelinha que diz: "aclamado presidente". aa) José Gustavo Pereira, José Bonifácio de Azevedo, presidente, Manoel Gonçalves de Alcântara Sobrinho, José Justino de Azevedo. Seguem outras assinaturas.

O GRUPO ESCOLAR

Um dos quatro sobrados a que se refere o Dr. Ernesto Braga foi construído pelo Barão do Cajuru. Em 1915, era um condomínio de descendentes seus. A estes não interessava a sua conservação. O precário estado em que se achava, então, ameaçando ruir, preocupava os filhos da terra.

Um deles, José Justino de Azevedo, procurando dar solução ao caso, pensa em instalar, aí, um colégio e, juntamente com outros quotistas, o arremata por Cr\$ 4.000,00. Tão desinteressados estavam seus proprietários, que foi necessário ao sr. José Justino transportar-se de fazenda em fazenda, acompanhado do tabelião (Benjamim de Freitas), visando colher-lhes as respectivas assinaturas, com que se legalizasse a transmissão do imóvel. Com o dispêndio de mais Cr\$ 16.000,00, foi ele posto em condições de preencher o fim a que se destinava.

O colégio que aí funcionou cerca de três anos, de propriedade de Leôncio Ferreira, não correspondeu à expectativa e cedeu lugar ao Grupo Escolar, que, já em 1918, foi criado por esforço do senhor José Justino, que o pleiteou junto ao Governo Delfim Moreira. A este, não seria dado relutar, tendo, à mão, um prédio adequado, por ínfimo preço e cedido pelo custo. Criou-se, pois, o Grupo Escolar de Andrélandia, entrando o Estado com, apenas, Cr\$ 10.000,00, ficando os outros Cr\$ 10.000,00 a cargo da Câmara Municipal.

No velho sobrado do Barão do Cajuru, funcionou ele, pois, até 1943, data em que se inaugurou o atual prédio do Grupo, o qual passou, então, a denominar-se: Grupo Escolar Major José Bernardino.

Como se vê, o nome de José Justino de Azevedo, por um ato de justiça, não pode deixar de ficar ligado à criação do Grupo Escolar de Andrélandia.

GABRIEL RIBEIRO SALGADO

De 1919 a 1922, funcionou a Câmara de Gabriel Ribeiro Salgado. Antes, porém, de um breve relato de seu período administrativo, digamos algo de sua ação no Partido Republicano do Turvo. Herdou a chefia dêste por volta de 1915, época em que a sua situação, se não era má, também não era boa. O Partido estava no ostracismo e Gabriel consegue reerguê-lo juntando a trabalho afanoso a astúcia de um Machiavel. A dar-se-lhe um apelido, como era hábito nos primeiros tempos da política local (em que havia o Côco, o Gato, o Chico Trovoadá), o seu deveria ser: "O Maquiavélico".

Solteirão, vivendo não da política, mas para ela e por ela sacrificando-se, nunca deu trégua ao adversário, o que vale dizer que nunca poupou esforços para a vitória de seu partido. Se nem sempre o consegue, resta-lhe o consôlo de saber que jamais deixou fácil triunfo aos contrários, os quais o têm em má conta, julgando-o capaz de matar e esfolar. Nada, entretanto, mais falso. Católico praticante, pronto a servir a quem o procure, certos estamos de que, no fôro íntimo, sejam os próprios adversários os primeiros a julgarem-no incapaz de infringir o quinto mandamento da Lei de Deus.

Na administração do município, levamos a crédito de Gabriel Salgado a terraplenagem da principal avenida da cidade, bem como a rodovia que nos liga a São João del Rei, serviço custeado, na sua maior parte, pelo Estado, é verdade, mas a que se dedicou Gabriel Salgado de corpo e alma e que levou a bom termo até o quilômetro 30.

Expirado o tempo de sua gestão, não pôde êle realizar até Cianita os serviços de obras de arte, os quais foram efetuados já na administração de Altino de Azevedo, que, embora curta (1928 a 1930), se assinalou com realizações dignas de nota.

Além de completar, na rodovia em aprêço, o que iniciara Gabriel Salgado, abrindo boeiros, construindo pontes, reparando-lhe o leito, dando, enfim, aos veículos, tráfego livre e rápido, Altino deu início a obras de embelezamento da cidade, ajardinando os seus principais logradouros, que, infelizmente, não receberam das administrações posteriores o devido cuidado.

Outra obra que não se pode omitir na gestão de Altino de Azevedo, é a chamada Caixa D'água do Areião, com capacidade

para 150.000 litros, inaugurada a 15 de agosto de 1930, obra sólida, que, até o presente, não acarretou à Prefeitura nenhuma despesa de conservação. Foi, recentemente, aproveitada, pelo Cônego Jaime Salgado Pereira, atual Prefeito, para reservatório de nova captação. Como se vê, na sua construção, não se visara apenas o presente, mas também o futuro, dando-se-lhe capacidade muito superior às necessidades do momento em que foi construída.

A HISTÓRIA SE REPETE

Tocando o fim a administração de Américo Monteiro (1923 a 1926) que medeara entre a de Gabriel Salgado e a de José Bonifácio de Azevedo (completada por Altino de Azevedo) Emílio Cardoso, convicto da derrota próxima de seu partido, fez como o fizera o Visconde em 1900: entrou a assediar o presidente do Estado, Antônio Carlos, pedindo-lhe a interferência para um acôrdo entre as facções políticas locais. E foi assim que, nas vésperas da eleição municipal, surge em Andrelândia, com surpresa para os chefes do Partido Republicano do Turvo, como emissário de Antônio Carlos, um major da policia, aconselhando, ou melhor, obrigando aquêle partido a organizar com o adversário, uma chapa comum em que entrasse, para cada bando, o mesmo número de vereadores.

Na reunião em que se estipulavam as cláusulas do acôrdo, a qualquer objeção dos chefes do P. R. T. (aos quais assistia o direito de fazê-lo, pois que, sem interferência estranha, certa seria sua vitória) replicava o major Getúlio, não sem arrogância: — "O que os senhores querem é a parte do leão".

E o "acôrdo" se fêz como o quiz o sr. Emílio. Não lhe aproveitou, porém, o ajuste. É que, tendo cabido a presidência da Câmara a José Bonifácio de Azevedo, tinha êste, além do voto normal, o de desempate, fato que escapara à reconhecida sagacidade de Emílio Cardoso. Dada, numa das sessões, a primeira divergência, o presidente faz valer o seu direito dando o voto de desempate a favor de sua agremiação política, e esta continuou, assim, dominando o município, até 1945, quando caiu a Ditadura e, com ela, o prefeito do P. R. T..

Logo na primeira eleição, após o longo período ditatorial, foi derrotado o Partido Republicano do Turvo, voltando, pois, o município, ao domínio do velho partido do Visconde, que readquirira, assim, o poder, após trinta anos de ostracismo (1915 a 1945). Foi seu prefeito o Dr. Simplicio Dias do Nascimento, que beneficiou o município com 25 quilômetros da Rodovia que vai a Arantina e 24 ligando a estrada da fazenda Campina Verde a Santo Antônio do Pôrto, bem como reformou 16 quilômetros de Andrelândia à Campina Verde (construída particularmente pelo Dr. José Gustavo Alves) e conservou 18 quilômetros de Andrelândia à Placa.

Além de outros serviços que porventura tenha realizado, iniciou a administração Simplício, em Piedade do Rio Grande, o abastecimento d'água, não o levando a têrmo por falta de fôrça motriz. Chegou, entretanto, a construir a caixa receptora e a comprar parte do material necessário.

Efêmero foi, porém, o triunfo do Partido do Visconde.

Já para o quadriênio seguinte (1950 a 1954), vitorioso no pleito municipal, retoma o Partido Republicano do Turvo as rédeas do poder, elegendo para o cargo de Prefeito o Cônego Jaime Salgado Pereira, de cuja gestão vem recebendo o município os mais assinalados benefícios. Além de muitos outros, que seria fastidioso enumerar, realizou êle o serviço de reabastecimento d'água à Cidade, resolvendo, assim, definitivamente, êsse magno problema, de tão vital interêsse para a população urbana.

Obra de tal monta é o bastante para marcar a sua administração como das mais fecundas do município.



Fazenda típica do município de Andrélandia

A PREFEITURA

Com a vitória da Revolução de 1930, foram as câmaras municipais convertidas em prefeituras. Adotou-se o critério de trocar-se apenas o nome de presidente da câmara, que era o agente executivo, pelo de prefeito. Altino de Azevedo, presidente da câmara, não quis continuar como prefeito. Escreveu a Olegário Maciel, presidente do Estado, exonerando-se e pedindo para o cargo a nomeação de José Gustavo Alves, que o exerceu durante todo o tempo da Ditadura, isto é, de 1930 a 1945.

Além de desempenhar o chamado serviço de rotina, deixou José Gustavo algo que, por justiça, se lhe pode levar a crédito. Abriu, ou melhor, alargou a rua que recebeu o nome de São João del Rei, bem como realizou outros serviços de terraplenagem. Foi na sua gestão que se construiu o campo de futebol, o qual recebeu o seu nome, em reconhecimento à eficiente colaboração sua no caso, inaugurado em 29 de fevereiro de 1940. Construiu o edifício onde atualmente funciona a Câmara, inaugurado em 15 de dezembro de 1942. Veio êle substituir a antiga Casa da Câmara, edificada em 1864 pelo Barão de Cabo Verde e por seu filho, Antônio Belfort Ribeiro de Arantes — mais tarde o Visconde de Arantes — conforme se lê no último capítulo dêste trabalho. Foi ela — a Casa da Câmara e Cadeia — “considerada a terceira da Província, por sua solidez, capacidade e elegância”, capacidade e elegância que, de fato, ressaltavam à primeira vista. Quanto à solidez, de que nos fala o Dr. Ernesto Braga, evidenciou-se, ela, com efeito, logo que se iniciou a sua demolição. Era uma fortaleza, cujas paredes, de pedras sobrepostas, ligavam-se por sólida argamassa. E foi ela demolida justamente por julgar-se que ameaçava ruir! Se a sua demolição pode ser taxada de lamentável êrro, foi êste, entretanto, cometido de boa fé e com boas intenções, não cabendo a culpa só ao Prefeito, mas a outros filhos da terra — “os entendidos” — os quais, consultados, certamente opinaram pela demolição. E o mais extranhável (e aqui está a defesa do Prefeito) é que a condenara o próprio engenheiro do Estado, Dr. Edmundo Lores.

Era um prédio efetivamente elegante, em estilo colonial, assobradado, que impressionava favoravelmente e situado em

local que não passaria despercebido ao passageiro da via férrea. Representa, pois, o seu desaparecimento, um irreparável desfalque no patrimônio artístico da cidade. Cremos mesmo que, se Andrelândia fôsse conhecida, o Serviço de Tombamento Histórico teria evitado a demolição do edifício em apreço, bem como trataria de zelar pela conservação de outros existentes na cidade, cuja fisionomia deve ser preservada como documento arquitetônico de uma época.

O que fez o Governo Federal com relação a Ouro Preto — hoje monumento nacional — devia estender-se, por igual, quanto a êsse ou àquêle edifício, a outras cidades mineiras, inclusive Andrelândia.

Conhecido clínico carioca, vindo à nossa terra com o fim de revê-la e mostrar à espôsa a cidade onde clinicara em solteiro, comoveu-se até às lágrimas por não encontrar de pé a extinta Casa da Câmara.

ANDRELÂNDIA RELIGIOSA

Dizer de qualquer cidade mineira que aí só se pratica a religião católica é quase afirmar um truismo. Andrelândia não fugiria à regra. Certos estamos de que, qualquer outra que aí quizesse lançar sua semente, esta não encontraria solo propício à sua germinação. O doutrinador não encontraria ouvintes. Teria, como Santo Antônio, que pregar aos peixes. Não seria, pois, necessário, ao pároco local, fazer uso do cajado com que afugentasse os lobos que lhe ameaçassem arrebatrar as ovelhas. É por ocasião da Semana Santa que mais se lhe evidencia o espírito católico. Digno de nota, com efeito, é o religioso recolhimento com que o andrelandense (em contraste com o que se verifica alhures) participa de todos os atos solenes, maximé o contrito silêncio com que acompanha o esquife do Senhor Morto, na Sexta Feira Santa.

Foi por volta de 1870 que, inspirados e promovidos por Gabriel Ribeiro Salgado (avô do atual) se comemoraram pela primeira vez entre nós, sem que se omitisse nenhuma cerimônia, todos os atos da paixão e ressurreição de Cristo. Desde então, nunca se faltou com essa tradição, que se cultiva com amor e que se repete anualmente. Se, a partir da época acima, jamais se interrompeu esse culto, muito menos se interromperá agora, quando se acha a paróquia sob a direção espiritual de um andrelandense, Cônego Jaime Salgado Pereira, cuja ação como pároco tem sido eficiente, como eficiente tem sido a sua ação como prefeito do Município.

Para atestá-lo aí está a reforma da Matriz, a que se entregou êle de corpo e alma, angariando, entre os filhos da terra, cerca de 700 mil cruzeiros, com os quais realizou obra notável. Com essa reforma, é, hoje, nossa matriz um Templo que honra Andrelândia e que assinala mais um serviço que se fica a dever a Jaime Salgado Pereira.

A SANTA CASA

Há muitos anos existe em Andrelândia uma instituição de caridade com o nome de Santa Casa. Este, porém, cabe-lhe de direito de 1930 a esta parte. O que, então, havia, era uma casa como qualquer outra, de habitação familiar, sem enfermaria, sem nenhum serviço organizado, sem outro instrumental senão um termômetro, uma seringa de injeção e, talvez, um bisturi com que se abrisse algum abcesso à flôr da pele. A casa foi legada à instituição por louvável ato de benemerência de um amigo e correligionário do Visconde de Arantes, (talvez por inspiração dêste) Joaquim Teodoro da Silva, que, em bem merecida homenagem, dá o nome à rua onde está situado o seu valiosíssimo legado.

Eis o que a respeito de sua reforma, a nosso pedido, escreveu o Dr. Altino de Azevedo: "Em 1931 éramos três os médicos de Andrelândia: Drs. Diniz Rangel, José Gustavo Alves e Altino de Azevedo. Médicos, em pleno exercício de nossa profissão, sentíamos, tanto quanto a população, a falta, a necessidade de um estabelecimento hospitalar na cidade, que socorresse aos que dêle necessitassem e que nos facilitasse em certos casos clínicos ou cirúrgicos, que, só mesmo em hospitais, podem ser resolvidos.

Propusemo-nos tomar sôbre os ombros o duro encargo de reformar, reconstruir e instalar condignamente a Santa Casa local, até então de todo desaparelhada e que pouco ou quase nenhum serviço prestava aos necessitados. Resolvemos, os três médicos e o nosso grande amigo, e hábil cirurgião dentista José de Andrade Godinho, de saudosa memória, encetar um grande trabalho em pról dessa realização. Em campanha memorável, pusemo-nos a percorrer todo o município, e, de casa em casa, de fazenda em fazenda, iam angariando donativos valiosos, sempre muito bem acolhidos por todos, nunca recebendo um "não". Ao contrário, todos nos incentivavam e nos encorajavam, pedindo-nos que não esmorecêssemos, pois, a nossa causa, simpática e útil como era, podia ser considerada vitoriosa.

Voltávamos de nossas excursões dominicais (porque era aos domingos que saíamos angariando auxílios) satisfeitos e trazendo sempre quantias mais elevadas do que esperávamos. Lembro-me bem que, em uma fazenda do distrito de Piedade,

estavam três senhoras de São João del Rei tratando de uma escritura: Apresentados a êles e sabedores que foram da nobre tarefa a que nos achavamos empenhados, prontificaram-se espontâneamente, sem que lhes pedíssemos, a entrar com seu auxílio, que foi vultoso. Por aí se vê a boa vontade de todos em contribuir para instituições de caridade. Com minha experiência, já cheguei à conclusão de que o povo geralmente concorre para obras de melhoramentos, em seus municípios. Haja iniciadores e as contribuições não faltarão.

Exemplos frisantes temos em Andrélândia. A Escola Normal teve o seu comêço em iniciativa particular. Entregue à Irmandade das Sacramentinas, é, hoje, um educandário que honra o ensino em Minas. O nosso Ginásio, de progresso vertiginoso, é outra grande prova da generosidade e boa vontade da bolsa do povo.

O Clube local, do qual estive e estou à frente, nunca encontrou má vontade da parte daquêles que foram procurados para contribuir pecuniariamente.

Quase tudo que possuímos em Andrélândia, posso dizer sem contradita, vem de iniciativas particulares. Os govêrnos estaduais, até agora, pouco nos deram. Poucas, pouquíssimas escolas, temos no município.

Felizmente, o Govêrno Federal começou a estender, se bem que tardiamente, os olhos para o interior e desde o govêrno Dutra os estabelecimentos hospitalares, asilos e outras instituições pias, bem como os estabelecimentos de ensino, têm recebido subvenções e auxílios mais valiosos.

A nossa campanha, começada em agosto de 1931, teve seu fim poucos meses depois, com a Santa Casa completamente remodelada, com amplas e arejadas enfermarias, quartos para doentes pagantes, e, o que constitui o nosso maior orgulho, a sala de operações, uma jóia, inspirada na instalação cirúrgica do serviço do Professor Brandão Filho, na Santa Casa do Rio de Janeiro.

Angariamos a quantia de Cr\$ 53.000,00, com os quais, modestia à parte, fizemos milagre, pois demos a Casa remodelada, mobiliada, com o seu arsenal cirúrgico completo, sala de esterilização, sala de curativos, tudo preparado para alta cirurgia. Isto se deve à boa administração, aliada à boa vontade dos operários, que trabalharam satisfeitos por conhecerem o fim altruístico e o grande alcance da obra.

Os trabalhos de remodelação foram rápidos, pois, iniciados, como já disse, em agosto de 1931, em abril de 1932 era praticada a primeira grande intervenção cirúrgica, uma histerectomia sub-total, operação feita pelos hábeis cirurgiões, Drs

Antônio de Freitas Carvalho e Diniz Rangel, com pleno êxito, vivendo, ainda hoje, o paciente.

Depois de inaugurada, teve a Santa Casa a sorte de contar sempre com bons administradores, que empregam os maiores esforços para melhorar as suas instalações. Assim é que foi construído o apartamento das Irmãs (durante quatro anos, a Casa foi administrada por leigos, por não se encontrarem irmãs de caridade) obra de vulto, e que, no dizer de uma delas, é a melhor instalação das Irmãs nos diversos hospitais em que servem.

Podemos citar a Capela, outra notável realização que possui a Santa Casa e obra de grandes proporções, como todos podem atestar. Iniciada durante a administração do Dr. José Bonifácio de Azevedo Rezende, a êle se deve a Capela, se bem que a sua terminação já se processasse em outra Provedoria. Não posso deixar de incluir aqui o grande auxílio prestado pelas Irmãs Sacramentinas, que servem o nosso hospital, nos trabalhos de construção da Capela. Trabalharam, incentivaram e angariaram valiosíssimos auxílios. A gruta de Lourdes, artístico trabalho que possui a Capela, foi obra exclusiva delas, pois, que foi levantada depois da inauguração desta.

Em tôda a administração interna da Santa Casa, as mãos benfazejas das Irmãs se fazem notar de maneira a se ter sempre admiração pela sua extraordinária capacidade de trabalho e de abnegação.

Outro melhoramento que veio depois de inaugurada a Casa, é o pequeno pavilhão para doenças contagiosas, dádiva de Lincoln de Azevedo, até aqui o maior benfeitor da Santa Casa.

O suprimento d'água foi melhorado com a construção de uma grande caixa de cimento. A luz, com a instalação de um transformador próprio, foi muito melhorada. O mobiliário dos quartos, com aquisição de novas peças, nada deixa a desejar. Camas para operados têm sido adquiridas, geralmente por dádivas generosas. Melhoras nas instalações de cosinha, nas instalações sanitárias, tudo vem sendo objeto de cuidados por parte das Irmãs e dos demais administradores.

Para prova de que estamos caminhando sempre para a frente, citemos a recente instalação dos raios X, ótimo aparelho Siemens, doado pelo Governo Federal.

O início da construção da maternidade pelo nosso dinâmico provedor atual, Dr. Edson de Rezende Meirelles, vem nos encorajar quanto ao futuro de nosso hospital e nos convidar a trabalhar com êle para o engrandecimento de nossa Santa Casa.

CASA DOS POBRES

Mais um serviço que Andrelândia ficará a dever a Altino de Azevedo é a chamada Casa dos Pobres, modesta em suas proporções — sem dúvida — mas de notável valor pelos bons serviços que vem prestando aos necessitados, desde sua fundação, em 1935. São 12 quartos, isolados uns dos outros. Quase sempre são ocupados pelos velhos indigentes, os quais, dentro em breve, terão o seu abrigo próprio, benemérita iniciativa de um filho da terra, o Dr. Jair de Azevedo Rezende. Para isso já adquiriu êle, de seu próprio bolso, um terreno adequado, onde se instalará o futuro Asilo dos Velhos.

A Casa dos Pobres, de iniciativa do Dr. Altino, foi custeada por êle e por seus parentes mais próximos.

ANDRELÂNDIA SOCIAL

Até 1942, a vida social de Andrélândia era como a de todo lugar pequeno. Consistia em reuniões em casas de família, isso mesmo uma vez ou outra, quase que só por ocasião das festas religiosas, quando afluía à cidade a população da zona rural e na época das férias dos filhos da terra.

Na data acima, porém, por iniciativa do Dr. Altino de Azevedo, fundou-se o Clube de Andrélândia, que funciona em prédio próprio, exclusivamente construído para o fim, com amplo salão de dança, sala para jogos, varandas e tôdas as dependências indispensáveis a um estabelecimento recreativo digno de uma cidade civilizada. Dêle participa tudo quanto Andrélândia conta de mais fino na sua sociedade.

Foi sempre o Dr. Altino o seu presidente, evidenciando-se assim, o reconhecimento da maioria dos consócios a quem não poupou esforços para a fundação do Clube e não os poupa para mantê-lo sempre à altura dos foros de civilização de uma cidade como Andrélândia. A êle pois, cabe o direito de reclamar a gratidão de seus conterrâneos. Já que por seu reconhecimento desprendimento, não o exija êle, fazemo-lo nós, dirigindo-nos às gerações futuras.

E arrogamo-nos êsse direito baseado no relato que fazemos neste capítulo e alhures, de quanto fez êle em benefício de sua terra.

Forçado por circunstâncias, que não vem a pêlo referir, entrou na política de Andrélândia como Pilatos no Credo, — sem o desejar.

E desde então, tem sido o “pára-raio” do P.R.T., como Rui, — guardadas as devidas proporções, — o foi do Govêrno Provisório. Sempre recebeu êle com estoicismo as mais sórdidas campanhas jornalísticas.

Altino, cujo lema é “res non verba”, não discursa: realiza.

Andrelândia do futuro há de fazer-lhe justiça. Não fôra sua desambição, teria sido êle, e não outro, o Prefeito de sua terra durante os 15 anos da ditadura, fato que já narramos e o repetimos aqui.

Vencedora a Revolução de 30, Altino, que era o Presidente da Câmara Municipal, escreve a Olegario Maciel exonerando-se e pedindo, sem conhecimento do Partido (que por certo

nada teria a objetar) a nomeação de Prefeito para o Dr. José Gustavo Alves.

Foi êle, talvez, em Minas, o único presidente de Câmara que teve êsse gesto de desprendimento e o único que não fosse de presidente convertido em prefeito.

Êsse cargo foi, pois, a seu pedido, exercido por José Gustavo, durante o período da Ditadura.

Eis o que, a nosso pedido, escreveu Altino de Azevedo: "O Clube de Andrélândia foi construído e inaugurado em 1942, em terreno próprio, doado pela Prefeitura, conforme documentação completa em poder da diretoria. Os recursos financeiros com que me foi possível levantar o prédio, foram angariados entre pessoas da sociedade local e entre alguns filhos de Andrélândia, residentes fora, que são hoje os sócios fundadores. Êsses recursos foram obtidos com relativa facilidade, pois as pessoas procuradas, compreendendo a utilidade da obra, não negaram nunca o seu auxílio. Assim, levantou-se logo a importância de Cr\$ 40.000,00, com a qual se construiu o belo prédio em estilo colonial, que se ergue na principal avenida da cidade. Terminada a sua construção, seguiu-se rápida campanha para aquisição do mobiliário e a 23 de dezembro o Clube de Andrélândia era solenemente inaugurado com uma festa a que compareceram tôda a sociedade local e elementos das povoações vizinhas. Sua construção foi rapidíssima, obedecendo à "blitz krieg" do momento.

Posteriormente foi construído novo salão para jogos permitidos. Êste, assentado em lage de cimento, exigiu quantia bastante superior à dispendida para a construção de todo o clube, observando-se a diferença de preço do material, mão de obra e lage de cimento, de construção sempre cara.

O Clube de Andrélândia é uma sociedade bem organizada, com seus estatutos registrados e legalizados. A sociedade obedece ao sistema de quinhões distribuídos entre os sócios fundadores. Êstes quinhões, como se pode calcular, estão bastante valorizados, pois o prédio foi construído no tempo das "vacas gordas", em que a vida não apresentava as dificuldades de hoje. Parece-me que seria difícil, atualmente, levantar-se em Andrélândia um prédio como o do Clube, tratando-se de cidade pobre de recursos, não permitindo aos que forem procurados, entrar com grandes quantias".

A PONTE

Obra que se deve ao Estado é a atual ponte de cimento armado sôbre o Turvo, rio que divide a cidade em duas partes.

Sua construção foi iniciada em 1927 no govêrno Melo Viana, sendo inaugurada, já no de Antônio Carlos.

Veio dar solução definitiva a um problema sempre em equação: a necessidade de freqüentes reparos na de madeira, a qual, além de acarretar despesas à Prefeitura, não estaria, sob o ponto de vista estético, à altura da cidade a que serve.

COLÉGIO DAS IRMÃS

O Colégio das Irmãs, atual "Escola Normal SS. Sacramento", foi fundado, em 1937, pelas Irmãs Sacramentinas S. D. N., da congregação do Revmo. Padre Júlio Maria.

Para a construção do primeiro prédio a população local contribuiu com Cr\$ 40.000,00 e a congregação com Cr\$ 120.000,00.

Após 10 anos de funcionamento, a Prefeitura doou o prédio à congregação, tendo esta dispendido, ao que nos foi informado, em novo prédio e reformas diversas, cêrca de Cr\$ 600.000,00.

Estabelecimento à altura da cidade a que serve, aí se diplomam anualmente dezenas de normalistas, não só filhas da terra como das cidades vizinhas, atraídas pelo merecido renome de que goza o internato.

Colégio de irmandade católica, tem êle, nêsse qualificativo, a sua melhor condição de êxito. É pois, excusado dizer que ao preparo intelectual das alunas se alia a mais perfeita educação religiosa, moral e cívica.



A igreja, o jardim, as casas senhoriais, no peito da colina, a dominar as paisagens montanhosas

GINÁSIO SÃO BOAVENTURA

Outro estabelecimento de ensino que honra, sobretudo, a cidade, é o que figura na epígrafe acima.

Ministra-se, aí, o curso secundário a centenas de alunos — internos e externos — do município e de fora.

É dirigido por Frades Menores Conventuais da O. F..

Iniciativa dos filhos de Andrélandia, organizaram êstes comissões que recorriam à bolsa dos conterrâneos, os quais — com raríssimas exceções — não se furtavam a contribuir com maiores ou menores quantias. É que se via, claramente, o que representaria para Andrélandia um estabelecimento do gênero, para cuja conquista não seria, pois, lícito medir sacrifícios.

Seu custo excedeu a Cr\$ 1.500.000,00, tendo a população local contribuído com Cr\$ 500.000,00, a Prefeitura com Cr\$ 20.000,00, o Governo Federal com Cr\$ 290.000,00 e o restante, dispendido pela própria congregação, a qual tem inteira posse do estabelecimento, com a condição, porém, (expressa em escritura pública) de mantê-lo sempre em funcionamento.

Nem outro foi o objetivo de quem contribuiu para a sua criação.

Por dever de justiça, não se pode deixar esquecido o nome de Mário de Paula Campos, cujo esforço em pról do Ginásio foi notável.

Trabalhava não só junto dos Andrelandenses residentes no município, como se transportava ao Rio, a S. Paulo, a Belo Horizonte à procura dos aí estabelecidos.

E só abandonou a tarefa a que se devotara, depois de convertido em realidade o seu ideal, que é hoje o Ginásio São Boaventura, inaugurado a 7 de Março de 1949.

O CAMPO DE AVIAÇÃO

Foi inaugurado a 13 de Junho de 1943, pelo Prefeito Dr. Edson de Rezende Meirelles.

Está situado em aprazível local, pertencente a Luciano Alexandre, que, altruísticamente, o cedeu à Prefeitura, embora sem dar escritura de terreno.

EDIFÍCIO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Obra do Governo Federal, foi êsse suntuoso edifício uma ótima conquista para a cidade.

Além dêsse belo prédio, inaugurado a 29 de Junho de 1952, o Governo Dutra doou à Santa Casa local ótimo aparelho de Raios X, como ficou dito alhures.

Que mais será preciso para que Eurico Gaspar Dutra se torne credor da gratidão do povo de Andrélandia?

PÁGINAS DE SAINT HILAIRE

(Obedecida a grafia moderna)

De A. de Saint Hilaire. Viagem às nascentes do rio S. Francisco e pela província de Goiás. Tomo primeiro. Tradução de Clado Ribeiro de Lessa. Pág. 57 e següintes.

“No dia seguinte puz-me novamente a caminho e tomei a estrada que dispensa de subir a Serra Negra. Três anos havia que estava aberta ao público e diziam que era devida a um rico marchante de gado, de nome Antônio Francisco de Azevedo (irmão de Bonifácio Antônio de Azevedo, bisavô do autor dêste folheto) (1). O intendente de polícia, acrescentavam, prometera a êste homem que, se êle tornasse a estrada transitável para os carros de bois, o gado que enviasse ao Rio de Janeiro, durante o resto de sua vida, seria isento de direitos. Antônio Francisco, disseram-me, trabalhara nessa estrada durante dois anos e já havia dispendido 18 mil cruzados”.

E continua, páginas adiante:

“Descrever uma das fazendas da comarca de S. João del Rei é descrevê-las tôdas, pois são geralmente construídas pelo mesmo modêlo. Um muro de pedra sêca, mais ou menos da altura de um homem, rodeia um páteo, bastante vasto, no fundo do qual estão alinhadas as casas dos negros, as oficinas da exploração e a casa do proprietário. Esta última, construída de argamassa e madeira e coberta de telhas, só tem um pavimento. A sala é a primeira peça que se encontra ao entrar e não tem por mobiliário mais do que uma mesa, um par de bancos e, às vêzes, uma ou duas armações de cama. Raramente se deixam de dependurar ao redor da sala vários cabides destinados a suspender selas, arreios, chapéus, etc..

Entre a região das florestas e S. João del Rei fiz alto na fazenda das Vertentes do Sardim (hoje, Sardinha, pertencente a Odilon Salgado) (2), propriedade de Antônio Francisco de Azevedo, que como já disse, mandara construir a estrada por onde passei para vir de S. Gabriel aos campos e do qual me

(1) O parênteses é nosso.

(2) Idem.

exaltavam a riqueza. Vendo sua habitação, ninguém poderia pensar que fôsse a de um homem que, asseguravam-me, compensava todos os anos de 5 a 8 mil rezes para enviá-las ao Rio de Janeiro. Sua casa, que êle próprio mandara construir, era pequena, baixa e de um só andar; as paredes de barro nunca foram caiadas e tôda a mobília da sala consistia em uma grande mesa, dois bancos e alguns tamborettes forrados de couro. Dois ou três pequenos quartos, que davam para a sala e que entrevi, não tinham melhor mobiliário.

Entretanto, o meu tropeiro me fazia grandes elogios dessa casa, o que, certamente, prova que o luxo não fêz grandes progressos nessa parte da província". E prossegue, páginas adiante:

Deixando Sitio, passei durante o trajeto de três léguas portuguesas diante de duas ou três choupanas pouco importantes, deixando à esquerda a povoação de Turvo, que está situada em lugar baixo. Via de longe a Serra da Juruoca, que se eleva muito acima dos morros e fica a 8 léguas do lugar em que me ia deter. Desde Sitio até pequena distância de S. João del Rei, não encontrei ninguém, absolutamente, nos caminhos. Descortinei um panorama de imensa extensão, mas nada que me atraísse a vista; por toda parte, apenas vastas e monótonas solidões.

A Fazenda das Laranjeiras (pertencente, então, a Bonifácio Antônio de Azevedo) (3), onde me detive no dia em que deixei Sitio, está construída em um vale e está rodeada de árvores. Contam-se aí muitas casas de negros, mas a residência do Senhor é miserável (1819). Puzeram minhas bagagens em uma sala bastante espaçosa, que apenas tinha como mobiliário uma mesa e dois bancos, e cujas paredes de barro jamais foram caiadas. O dono da casa não estava; os negros trouxeram-me de comer; no mais não vi aparecer ninguém; percebi apenas um vulto feminino que, segundo o costume, se adiantou cautelosamente por trás de uma porta entreaberta e que desapareceu logo que os meus olhos encontraram os seus.

De Laranjeiras fui passar a noite na Fazenda das Vertentes do Sardim, que pertencia ao mercador de gado, Antônio Francisco de Azevedo, e da qual já dei a descrição. Como esta fazenda é pouco afastada de Laranjeiras, tive bastante tempo para ir herborizar na Serra dos Dois Irmãos. Dá-se este nome a duas montanhas que eu vira de longe durante toda a jornada da véspera; estão situadas uma ao lado da outra; sua altura é aproximadamente a mesma e ambas têm a forma de

(3) Idem.

uma pirâmide curta, de base muito larga. Para se ir até lá, da Fazenda das Vertentes do Sardim, é necessário fazer uma volta e pode-se contar cêrca de légua e meia de caminho. Acompanhado de José Mariano, fui no meu burro até ao pé da Serra; subi, em seguida, só e a pé, uma das montanhas. Em grande parte de sua altura se eleva um muro de pedra sêca, muito bem feito (que ainda hoje existe) (1). Além dêsse muro, que nessa região pode ser considerado como uma coisa extraordinária, caminhei, abandonando o caminho, pelo meio das pedras e rochas que cobrem a montanha. Como em todos os lugares elevados e pedregosos, encontrei aí grande número de Vellozia (vulgarmente, canela de ema). Estávamos, então, na época das chuvas; a água, entretanto, escasseiava, há tanto tempo, que as Vellozias, embora pouco exigentes, tinham as fôlhas quase completamente estorricadas e esta fatigante excursão não me aumentou a coleção. Chegados ao topo da montanha, descortinei uma imensa extensão de terra, a Serra de Juruoca e muitas outras; além disso nenhuma habitação apreciável, nenhuma povoação atraia meus olhares. A excursão que fizera a um dos montes não me compensou bastante do trabalho para que sentisse a tentação de galgar o segundo; desci com muita dificuldade pelo meio das pedras e, cavalgando meu animal, voltei à Fazenda das Vertentes.

Dessa fazenda, dirigi-me à de Chaves. Para lá chegar, percorri uma região que apresenta ainda morros arredondados cobertos de gramineas e vales pouco profundos, delimitados por orlas de florestas, cuja vegetação, extremamente fresca, contrastava com a coloração amarelada dos pastos dessecados.

A cêrca de duas léguas da Fazenda das Vertentes do Sardim encontra-se o Rio Grande que nêsse local tem pouca largura e cujas águas, devido às lavagens de ouro, tem uma coloração vermelha suja e clara. Transpõe-se o rio por uma ponte de madeira mal conservada, como tôdas as da província (1819) e que a falta de parapeito torna muito perigosa para animais carregados. Tive tanto maior inquietação pelos meus, porquanto me fizeram esperar muito tempo antes de abrirem uma porta existente, na saída da ponte. A passagem desta está arrendada, como o são, em geral, às das pontes da província de Minas Gerais. Aqui se paga 80 reis (50 cêntimos) por pessoa e cada animal; mas o passaporte privilegiado isentou-me desta pequena despesa. A pouca distância do Rio Grande chega-se ao lugarejo de Madre de Deus, construído sôbre uma elevação

(1) O parênteses é nosso.

e que se compõe, no máximo, de uma dúzia de casas reunidas em torno de uma capela. Tôdas, sem exceção, estavam fechadas e o meu tropeiro, José Mariano, que conhecia perfeitamente a zona, disse-me que a maior parte não tinha habitantes, a não ser quando algum padre vinha de S. João, celebrar missa na pequena igreja.

Para além de Madre de Deus, a região, sem deixar de ser bastante elevada, torna-se mais plana e, à distância, o campo coberto então de uma grama amarelada e estorricada pelo ardor do sol, assemelha-se às nossas planícies da Beance, quando depois da colheita.

Pouco antes de chegar à Fazenda de Chaves, a vegetação mostra-se algo diferente. Não são mais apenas gramíneas e pequena quantidade de ervas e arbustículos disseminados entre elas que cobrem o solo: árvores pouco elevadas, tortuosas, enfesadas e de casca suberosa, crescem espalhadas aqui e ali, no meio da grama, e lembram os "tabuleiros cobertos" do Sertão Oriental do S. Francisco ou, se se prefere, nossos prados da França, plantados de macieira.

As árvores que acabo de citar são principalmente a Leguminosa (n.º 129) e uma Gutífera de grandes fôlhas glaucas que vira freqüentemente no Sertão.

Aqui não é a diferença na altitude do solo, nem na sua disposição que produz a flora; mas sim o terreno, que tinha percorrido, no resto do dia, arenoso ou cheio de pedregulhos, tornou-se muito melhor e pode produzir algumas plantas mais vigorosas.

A Fazenda de Chaves, onde parei, é situada, segundo o costume, em um valão, à margem de um córrego. Fiquei admirado, ao chegar, da assombrosa quantidade de pássaros que cobriam as árvores de que estava rodeada a habitação. Eram papagaios, rapaces e muitas outras espécies. Como os arredores são extremamente sêcos, êsses animais se reúnem em um lugar onde encontram água e sombra.

Quando cheguei à Fazenda de Chaves, o proprietário estava ausente; a dona da casa, após se fazer esperar muito tempo, apareceu finalmente e me deu permissão de me deter em sua casa. Em alguns instantes a mesa foi posta e me trouxeram um prato de feijão cosido com ervas, um de arroz e cangica; achava-me na terra hospitaleira de Minas Gerais".

Eis tudo quanto escreveu Saint Hilaire acêrca de sua rápida passagem pelo município de Turvo, hoje Andrélandia.

DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO

EXTRATO DE UMA PARTE DA DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE TURVO, DE AUTORIA DO DR. ERNESTO DA SILVA BRAGA, RESPONDENDO A UM QUESTIONÁRIO, A ÉLE ENVIADO, COMO PRESIDENTE DA CÂMARA, PELO DIRETOR DA BIBLIOTECA NACIONAL, DR. BENJAMIN FRANKLIN RAMIZ GALVÃO, EM 16 DE MAIO DE 1881

A comarca de Bom Jardim, criada pela lei n.º 2.340, de 9 de Novembro de 1878, sancionada pelo Cônego Joaquim José de Santa Anna em 9 de Dezembro do mesmo ano e classificada em segunda estância pelo Decreto n.º 124 de 4 de Janeiro de 1879, compõe-se dos municípios do Turvo e da Ayuruoca. A cidade do Turvo cabeça do têrmo dêste nome eséde da Comarca de Bom Jardim por portaria de 19 de Janeiro de 1879 demora a duzentos e vinte e oito quilômetros (38 léguas) de Ouro Preto, Capital desta Província. Esta comarca foi empossada no dia 2 de Março de 1879.

Em 1749 André da Silveira e sua mulher Maria do Jivramento e Manoel Caetano da Costa requereram ao Revmo. Frei D. Manoel da Cruz, primeiro bispo de Mariana, licença para erigirem uma capela no lugar denominado Turvo Grande e Pequeno, pertencente à freguezia da Ayuruoca, com a invocação de Nossa Senhora do Pôrto do Turvo cujo primeiro despacho foi o seguinte: o reverendo pároco me informe se o sítio em que se quer fazer a capela é conforme as constituições ajuntando escrituras de patrimônio suficiente lhes deferiremos. Mariana, 4 de Junho de 1749. Estava a rúbrica de S. Ex. Reverendíssima. O pároco da freguezia de Ayuruoca, o Pe. Francisco de Cerqueira Campos informou que a situação era muito conforme as constituições, em 31 de Maio de 1751, com cuja informação, sendo outra vez a mesma petição apresentada ao Ex. Revma., nela dera o seguinte despacho: — Nomeando a vocação da Capela se passe provisão de erecção na forma do estilo. Mariana, 22 de Outubro de 1751. Feito o que se passou a provisão do teor seguinte: — D. Frei Manoel da Cruz da ordem melifluro São Bernardo por merce de Deos e da Santa Sé Apostolica, primeiro bispo deste novo bispado de

Mariana e do Conselho de sua Magestade Fidelissima que Deos Guarde &.

A tôdos os fieis christãos, nossos subditos saude e paz para sempre em Jesus Christo Nosso Senhor que dê a tôdos verdadeiro remedio e salvação e fasemos saber que atendendo nós ao que por sua petição retro nos enviarão a dizer André da Silveira e sua mulher e aos mais moradores da paragem chamada Turvo Grande e Pequeno da freguesia de Ayruoca, havemos por bem conceder-lhe licença pela presente nossa provisão que possão erigir uma capela de Nossa Senhora na paragem chamada Turvo com a clausula de que assignaram termo de sujeição na nossa camera episcopal em que se sujeitaram a nossa proteção e dos nossos sucessores dentro do tempo de quatro mezes, a qual será fabrica de materiaes perduraveis com bôa proporção e ornamentos das quatro côres que mandão as rubricas do missal da Igreja e mais cousas necessárias e feito patrimônio suficiente recorrerão a nós para a mandarmos visitar e benzer na forma do ritual romano e nela se poder celebrar, e outrosim terão um livro em que terão encadernados tôdos os documentos pertencentes a mesma capela e será registrado no livro de Registro Geral. Dada e passada nesta cidade de Mariana sob signal e chancelaria e sello e nossas armas aos 4 de Janeiro de 1752. O cônego Pe. Gonsalves Jorge de Almeida Secretario e Escrivão da camera eclesiastica a subscreví. Estava a rubrica de S. Exa. Revma. Produzida a justificação e escritura de doação das terras feita por André da Silveira, sua mulher e Manoel Caetano da Costa para patrimonio da capela na Vila de São João de el Rey do Rio das Mortes no escritorio do Tabelião Manoel Joaquim de Vasconcelos aos 14 de Março de 1754, foi apresentado ao Dr. Amaro Gomes de Oliveira, Cônego Dotoral na S. Cathedral desta leal cidade de Mariana examinador Synodal Provisor e Juiz das justificações Geneze pelo Revmo. Snr. D. Frei Manoel da Cruz deo sua definitiva sentença da forma e theor seguinte: Vistos estes autos de escritura de dote para patrimonio da capela de Nossa Senhora do Porto no lugar chamado Turvo Grande e Pequeno da freguezia de Ayuruoca que fazem André da Silveira e sua mulher testemunhas inqueridas e o mais que consta dos autos mostra-se que nas terras doadas e confrontadas na dita escritura segura annualmente o rendimento de nove mil reis para a fabrica da dita capela, o que tudo visto e aceito por parte da Igreja a dita doação julgo por bem feito o patrimonio com a dita obrigação dos nove mil reis cada anno para a fabrica da dita capela de que para titulo se passe sen-

tença pagarei as custas. Mariana, 28 de Abril de 1755. Amaro Gomes de Oliveira.

Requereram depois licença para a Igreja ter Pia Batismal e mais acessórios e pertences, e comissão para se benzer e visitar a Igreja que lhes foi concedida em 30 de Abril de 1755, como se prova com o documento infra. O padre Francisco de Cerqueira Campos certifica em como por provisão do Exmo. Snr. Bispo de Mariana a mim cometida. Benzi a capela de Nossa Senhora do Porto sita no Turvo desta freguesia de Nossa Senhora da Conceição d'Ayuruoca aos 22 dias do mez de Junho como também o adro da dita capela aos 29 do mesmo mez conformando-me em tudo com o ritual romano, e achando a dita Capela com decência e com os ornamentos das quatro côres e tudo mais preciso para se celebrar o santo sacrificio da missa o que tudo passa na verdade necessario juro IN VERBO SACERDOTIS. aos 4 de Julho de 1755. O Pe. Francisco de Cerqueira Campos.

Ainda pelos conselhos gerais foi em 1833 criada a freguesia de Nossa Senhora do Porto, e em 1834 o vigário José de Abreu e Silva deu commissão ao Pe. João de Almeida Ramos para dar posse ao vigario encomendado Pe. Francisco José de Souza Monteiro e teve lugar à 8 de Junho do mesmo anno, ficando assim provida canonicamente a nova freguesia do Turvo.

Neste anno veio residir nesta freguesia o prestimoso cidadão Antonio Belfort de Arantes que tem sido o fundador e creador deste lugar, durante mais de meio seculo tem constantemente dedicado seos recursos e esforços para augmentar e melhorar a sorte desta localidade. Em 1864 foi esta freguesia elevada a vila pela lei n.º 1191 de 27 de Julho transferindo para ela a séde do município do Rio Preto, e não podendo tomar posse o municipio sem que houvesse Casa da Camara e cadeia de conformidade com uma lei provincial, Antonio Belfort de Arantes e seu filho Antonio Belfort Ribeiro de Arantes (hoje Barão de Arantes) fizeram construir um predio que servisse para os dois fins desejados despendendo uma quantia superior a *quarenta contos de reis*, tendo a subscrição para esse fim apenas atingido a treze contos: a casa da Camara e a Cadeia desta cidade é considerada a terceira desta provincia por sua solidez, capacidade e elegância

O municipio foi instalado no dia 21 de Outubro de 1866. Mais tarde crearáo o municipio do Rio Preto, ficando a vila Bela do Turvo constituindo um municipio com as freguezias da Vila São Vicente Ferrer, Bom Jardim. Em 1868 foi a Vila elevada a cathegoria de Cidade por uma lei provincial sancionada pelo Presidente de então Dr. José da Costa Machado:

Pela lei n.º 2.840 de 7 de Novembro de 1878 forão também desmembradas do municipio de São João de el Rey e anexadas ao de Turvo as freguezias de Carrancas e Madre de Deus que unidas a aquelas constituem hoje o municipio.

A cidade do Turvo está colocada em uma colina de doce elevação estendendo-se até ao alto em uma pitoresca e agradável planície, tem sete ruas com alguma arborisação e um largo denominado de Barão de Arantes, bem arborizado. As casas são asseidadas, elegantes e bem construidas, quatro sobrados e algumas assobradadas. A matriz é templo regular de boas proporções, de sólida construção e com os rigorozos principios de architettura, dourada e bem paramentada. Nesta Igreja existe a capela do senhor dos passos e o consistorio do Santissimo Sacramento. A Igreja do Rozario é pequena mas elegante bem assejada, fica colocada na margem direita do Rio Turvo Pequeno: a capela das Almas e o cemiterio admiraveis pela perfeição e de tamanho quasi natural, temos as imagens do Martir São Sebastião, Senhora da Conceição do Porto, Senhor Bom Jesus dos Passos, Senhor Morto, N. S. do Rozario e das Mercês e outras.

A cidade tem agua superior encanada, com sete torneiras e um chafariz que se distribue pelas ruas, além de um reservatorio de três metros quadrados solidamente construido. Para esta obra publica a Provincia concorreu apenas com sete contos, tendo ela subido a importante soma de DEZOITO CONTOS DE REIS e foi levada a efeito pelo auxilio dos povos e pela força de vontade e energia do Barão de Arantes que se poz a frente dela até sua final conclusão. Precisa ainda de alguns melhoramentos. É também iluminada pelo gaz-globo, por enquanto existem apenas 14 postes de iluminação.

CÂMARA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA

Eis, por ordem cronológica, a lista de seus presidentes e agentes executivos, desde a criação do município:

De 1866-1868

Presidente : Mariano Pereira da Silva Gomes

De 1869-1872

Presidente : Antônio Belfort Ribeiro de Arantes

De 1873-1877

Presidente : Teófilo Belfort Ribeiro de Arantes

De 1878-1880

Presidente : Dr. Joaquim Feijó de Albuquerque Lins

De 1881-1882

Presidente : Dr. Ernesto da Silva Braga

De 1883-1886

Presidente : Barão de Arantes

De 1887-1890

Presidente : Dr. Ernesto da Silva Braga

De 1891-1894

Presidente : Visconde de Arantes

De 1895-1897

Presidente : José Bonifácio de Azevedo

De 1898-1900

Presidente : Tobias de Paula Campos

De 1901-1904

Presidente : José Bonifácio de Azevedo

De 1905-1907

Presidente : Visconde de Arantes

De 1908-1911

Presidente : Manoel Joaquim da Silva Landim

De 1912-1915

Presidente : Martiniano Belfort de Carvalho

De 1916-1918

Presidente : Domingos Custódio de Azevedo Pinto

De 1919-1922

Presidente : Gabriel Ribeiro Salgado

De 1923-1926

Presidente : Américo José Monteiro

De 1927-1928

Presidente : José Bonifácio de Azevedo

De 1928-1930

Presidente : Dr. Altino de Azevedo

A partir da Revolução de 1930, foi a administração do município exercida pelo Prefeito, Dr. José Gustavo Alves, até 1945, cargo exercido, após essa data, com proveito para o município, por Benedito Silva e Dr. Edson de Rezende Meireles.

Duas palavras	
Visconde de Arantes	
Outras figuras	
Tipos populares	
Piedade do Rio Grande	
Carrancas	
São Vicente de Minas	
Madre de Deus	
A conciliação	
A chave do cemitério	
Andrelândia trágica	
A via-férrea	
A fábrica da Bahia	
A campanha civilista	
A reação	
O Grupo Escolar	
Gabriel Ribeiro Salgado	
A história se repete	
A Prefeitura	
Andrelândia religiosa	
A Santa Casa	
Casa dos Pobres	
Andrelândia Social	
A Ponte — Colégio das Irmãs — Ginásio — Edifício dos Correios	
Página de Saint Hilaire	
Histórico por Dr. Ernesto Braga	
Câmara Municipal de Andrelândia	

ÊSTE LIVRO FOI COMPOSTO E
IMPRESSO NAS OFICINAS GRÁ-
FICAS DE "FOLHA CARIOCA"
PARA A LIVRARIA CLÁSSICA
BRASILEIRA, EM AGOSTO DE 1954

